

Moçambique

## Relatório **Famílias Hospedeiras:**

# MELHORES PRÁTICAS NA ASSISTÊNCIA DAS **FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO**





Este documento foi elaborado com o apoio financeiro da Comissão Europeia. As opiniões emitidas neste documento não devem ser consideradas, de nenhuma forma para reflectir a opinião da Comissão Europeia.

## Ficha Técnica

Título: **Relatório famílias hospedeiras: Melhores Práticas na Assistência das Famílias de Acolhimento**

Traduzido para português: **Jorge Constantino**

Layout e Impressão: **Publifix, Lda.**

A imagem da capa está baseada numa serigrafia desenhada pelo artista moçambicano Malangatana para a Cruz Vermelha de Moçambique, dentro da iniciativa destinada a apoiar as vítimas das cheias do ano 2000.

**Cruz Vermelha de Moçambique.**

Av. Agostinho Neto N.º 294, Maputo

Tel: +258 21 49 77 21/ 49 81 39 - Fax: +251 21 49 77 25

Email: [cvm@redcross.org.mz](mailto:cvm@redcross.org.mz)

Website: [www.redcross.org.mz](http://www.redcross.org.mz)

Novembro de 2013 – Maputo - Moçambique

# ÍNDICE

---

<b>Introdução.....</b>	<b>4</b>
1. Sumário Executivo .....	5
2. Definições.....	5
3. Uma oportunidade a não perder: apoio de acolhimento espontâneo.....	6
4. Exemplos de assistência nas infra-estruturas das comunidades de acolhimento .....	8
5. Exemplos de assistência combinada às famílias e comunidades de acolhimento.....	13
6. Exemplos de assistência às famílias deslocadas vivendo com as famílias de acolhimento .....	22
7. Assistência para o regresso e reassentamento.....	36
 <b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO 1:</b> Material de Referência.....	46
<b>ANEXO 2:</b> Pessoas contactadas .....	49

# INTRODUÇÃO

---

Como parte do programa regional no âmbito do DIPECHO III, liderado pela Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) em parceria com a Cruz Vermelha da Espanha (CVE), esta revisão das melhores práticas e das lições aprendidas tem em vista apoiar a implementação do programa em curso da Cruz Vermelha, intitulado “Reduzir o risco e a vulnerabilidade aos desastres por parte da população moçambicana exposta às mudanças climáticas, fortalecimento das capacidades de Gestão de Desastres das comunidades locais vivendo nas zonas propensas às calamidades, em coordenação com as autoridades do governo e outras organizações da sociedade civil.”

A presente revisão das melhores práticas irá contribuir para o “Manual de Resposta das Comunidades de Acolhimento”, também como parte desta consultoria, e visa realçar as vantagens documentáveis da assistência das comunidades e das famílias de acolhimento, em comparação com outros tipos de assistência, bem como as suas questões críticas mais comuns enfrentadas durante a implementação. O manual irá tomar principalmente em consideração dois cenários de desastres típicos para o país que é propenso às cheias e aos ciclones, com o seu impacto diferente sobre o meio ambiente.

## 1. Sumário Executivo

O presente relatório é resultado de uma profunda revisão das experiências existentes e de estudos de caso por diferentes agências e organizações em diferentes partes do mundo. É também resultado de inquéritos directos aos principais intervenientes no sector de abrigo, sobre as suas operações levadas a cabo no passado onde a assistência às comunidades e famílias de acolhimento foi realizada.

Para todas as emergências recentes mencionadas neste relatório e para as emergências em curso, as avaliações dos programas ainda não estão disponíveis. Entretanto, têm sido reportados para formar um entendimento sobre as actuais práticas deste tipo de assistência.

A missão ao terreno levada a cabo pela nossa equipa nas províncias da Zambézia e Gaza como parte desta consultoria, reportaram no Produto 1 desta consultoria: O 'inquérito realizado em Namacurra e Maganja da Costa' realçou, mais uma vez, que a comunidade e a família de acolhimento constituem uma prática generalizada após a ocorrência de um desastre. Contudo, tal prática não é formalmente reconhecida como parte da resposta às calamidades, nem é apoiada pelas organizações de ajuda humanitária, forçando as pessoas necessitadas a permanecer em centros de acomodação, como única forma de receber assistência por parte do governo moçambicano.

## 2. Definições

Para evitar que haja um entendimento errado após a tradução para o Português e devido às diferentes terminologias usadas em diferentes países e por diferentes organizações, abaixo apresenta-se uma lista de termos e os seus significados adoptados amplamente a nível internacional, que serão usados em todos os quatro resultados desta consultoria.

**Comunidade de acolhimento:** a comunidade que tem deslocados internos vivendo nas casas dos membros da comunidade e/ou em centros de acomodação espontâneos ou formais nas proximidades.

*(ACNUR, Deslocados Internos nas Famílias e Comunidades de Acolhimento: Assistência para Acordos de Acolhimento, 2012)*

**Família/Pessoa de Acolhimento:** uma família vivendo dentro de uma comunidade de acolhimento, que está a acolher deslocados internos dentro da sua própria casa.

*(ACNUR, Deslocados Internos nas Famílias e Comunidades de Acolhimento: Assistência para Acordos de Acolhimento, 2012)*

**Família/Pessoa Deslocada ou Deslocados Internos:** Pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou a abandonar as suas casas ou lugares habituais de residência, em particular como resultado de/ou para evitar os efeitos de conflito armado, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou desastres naturais ou desastres provocados pelo homem, e que não atravessaram uma fronteira de um Estado reconhecido internacionalmente.

(Princípios orientadores em matéria de deslocamento interno. <http://www.idpguidingprinciples.org>)

**Acolhimento de Pêndulo:** uma relação de acolhimento que permite a uma pessoa ou família deslocada regressar periodicamente às suas casas/zonas para monitorar a segurança das suas casas, propriedades ou culturas alimentares.

(ACNUR, *Deslocados Internos nas Famílias e Comunidades de Acolhimento: Assistência para Acordos de Acolhimento*, 2012)

**Centros de acomodação:** Edifícios e infra-estruturas pré-existentes usados para o reassentamento colectivo e comunitário da população deslocada em caso de ocorrência de um conflito ou desastre natural.

(ACNUR e OIM, *Directrizes sobre o Centro de Acomodação*, 2010)

### 3. Uma oportunidade a não perder: apoio de acolhimento espontâneo

Será dada uma orientação específica para a província da Zambézia e uma orientação geral para Moçambique no Produto 4 desta consultoria, 'Manual de Resposta das Comunidades de Acolhimento'. Como parte da revisão dos estudos de caso e das lições aprendidas, o rescaldo do terramoto ocorrido em 2010 no Haiti deve ser tomado em consideração uma vez que foi um local de teste para vários intervenientes internacionais, que na sua maioria e pela primeira vez, decidiram apoiar formalmente as comunidades e famílias de acolhimento, como parte da sua resposta humanitária. Foi criado um grupo de trabalho na capital, dentro do *Cluster* de Abrigo, para analisar especificamente este tipo de resposta. O consultor tem um conhecimento directo deste grupo de trabalho. Abaixo apresenta-se uma série de recomendações principais que podem ser tomadas como lições aprendidas tendo em conta a implementação de futuro apoio de comunidades e famílias de acolhimento.

- As intervenções das famílias de acolhimento devem ser levadas a cabo rapidamente após a definição do grupo alvo, para evitar fadiga na investigação e desincentivar mais deslocamento.
- Se as necessidades identificadas por uma organização não estiverem dentro da sua capacidade ou mandato a cumprir, devem ser apresentadas ao órgão de resposta da família de acolhimento, para coordenar a implementação com outras organizações ou *Clusters*.
- A família de acolhimento deve ser considerada como sendo um agregado familiar constituído pelas famílias de acolhimento e os deslocados que devem decidir juntamente como é que o apoio será aplicado e/ou dividido.
- O apoio ao nível dos agregados familiares e da comunidade deve ser programado em conjunto, para mitigar o potencial conflito e desenvolver mecanismos mais amplos que irão apoiar as mudanças de infra-estruturas e socioeconómicas que tiveram lugar nas comunidades de Haiti.

- A comunidade mais ampla deve ser envolvida nas intervenções da família de acolhimento, tais como a identificação dos anfitriões e mobilização da participação da comunidade, o que irá envolver as famílias de acolhimento e os deslocados.
- Os critérios de selecção e as intenções organizacionais para a comunidade mais ampla devem ser devidamente partilhados e transparentes para prevenir a fadiga na investigação e as organizações devem desenvolver tais critérios com base nos indicadores de vulnerabilidade, tais como o rendimento e as necessidades especiais identificadas pela comunidade.
- Para facilitar a compreensão do movimento da população, deve-se usar mais do que uma ferramenta para triangular a informação. Esta informação deve ser partilhada e gerida pela entidade de coordenação, tal como o Grupo de Trabalho da Família de Acolhimento ou o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas.
- Enquanto programas de dinheiro pelo trabalho e programas semelhantes de curto prazo podem injectar rapidamente capital nas comunidades, estratégias de investimento num prazo mais longo incluindo a capacitação devem ser desenvolvidas nas comunidades de acolhimento.
- O desenvolvimento de estratégias deve estar baseado nas intenções das famílias deslocadas de regressar, integrar ou potencialmente reassentar-se em novas comunidades. Estas intenções enfatizam o facto de que o acolhimento não é uma solução duradoura e que embora alguns acordos possam tornar-se permanentes, é importante compreender a intenção da comunidade a longo prazo e desenvolver soluções de um prazo mais longo.
- Nas zonas rurais será importante monitorar os efeitos acrescidos da urbanização, onde várias pessoas deslocadas recebem apoio através de programas de acolhimento.
- Linhas de orientação devem continuar a ser monitorizadas e actualizadas com vista a formar uma política baseada na evidência, que será extraída das constatações dos levantamentos, respostas e avaliações realizadas.
- Todas as linhas de orientação acima indicadas irão depender dos níveis de empatia local e da capacidade de absorção em termos de economia local. Isto deve ser claramente compreendido antes da implementação.
- Para facilitar a compreensão do movimento da população, deve-se usar mais do que uma ferramenta para triangular a informação. Estas são as ferramentas de monitoria da comunidade, autoridades locais, análises das comunicações, organizações baseadas na comunidade, etc.
- Esta informação deve ser partilhada e gerida por uma entidade de coordenação tal como o Grupo de Trabalho da Família de Acolhimento ou o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas.
- Um dos aspectos mais importantes de acompanhamento dos movimentos e das necessidades é a partilha de informação ao nível multi-sectorial. Este documento advoga que as organizações humanitárias que trabalham no Haiti usam levantamentos rápidos multisectoriais que serão usados no CMT, quando possível.
- Ademais, tendo em conta que muitas organizações já estão a centrar-se em programas nas zonas afectadas, é importante que elas incluam questões sobre o acolhimento e identificar famílias deslocadas durante os seus inquéritos e grupos focais.

- Nas fases iniciais (futuras) das emergências, as organizações devem capacitar as autoridades locais para assumirem a tarefa de identificar deslocados internos e as suas necessidades, bem como mobilizar as comunidades através dos seus processos de levantamentos.

*(Adaptado de: “Directrizes sobre Comunidade de Acolhimento”, IASC, Grupo Técnico de Trabalho do Grupo Temático de Abrigo de Haiti, Junho de 2010)*

A USAID financiou três parceiros de implementação para participarem no apoio ao acolhimento depois do terramoto ocorrido em 2010 no Haiti, como parte da sua resposta na componente de abrigo: CHF International, the Centre d’Etudes et de Cooperation Internationale (CECI) e Mercy Corps.

As três ONGs uniram esforços para apoiar 26,523 acordos de acolhimento. Uma estimativa de 95 por cento das famílias de acolhimento estavam relacionadas com amigos ou com as pessoas acolhidas e a assistência para apoiar os acordos de acolhimento variavam de 250 a 800 Dólares Americanos por acolhimento. A seguir apresenta-se uma intervenção de Charles Setchell, Conselheiro Sénior de Abrigo, Reassentamento e Mitigação de Perigos na USAID:

*‘O acolhimento não é uma panaceia universal. Será sempre levado a cabo dentro de um contexto, e é melhor implementado quando a família e amigos estão envolvidos. Contudo, apoiar esta forma de provisão de abrigo pode ser viável a ponto de se tornar um elemento importante do abrigo humanitário, e pode levar a uma evolução das condições que facilitem o acolhimento para soluções de habitação permanente, conforme indica a experiência de Haiti. Finalmente, o apoio de acolhimento pode ser rapidamente prestado e numa base de custo - eficácia quando comparado com as abordagens com custos mais elevados, particularmente a criação de centros de acomodação. Provavelmente haverá maior apoio de acolhimento no futuro, uma vez que os orçamentos estão a escassear e a escala e a frequência dos desastres aumenta’.*

*(Extraído de um artigo escrito por Charles A. Setchell, Revista de Desenvolvidos Mensais, Janeiro e Fevereiro de 2012, Volume 30, Edição 1/2)*

## 4. Exemplos de assistência das infra-estruturas das comunidades de acolhimento’

A presença da população deslocada terá um impacto sobre uma comunidade local mais ampla, e não meramente sobre as famílias de acolhimento. Deve-se tomar cuidado para prevenir tensões e garantir que os serviços locais sejam mantidos. Além de apoiar o alojamento das famílias, deve-se considerar alguma melhoria das infra-estruturas, tal como a reabilitação das seguintes infra-estruturas:

- Transporte, incluindo estradas e pontes
- Serviços de cuidados de saúde, incluindo clínicas, hospitais e dispensários
- Água e saneamento, incluindo abastecimento de água, drenagem de águas superficiais e saneamento nas zonas comunitárias ou serviços comunitários.



A importância de incluir em qualquer programa de assistência da família de acolhimento uma componente a ser dedicada à comunidade de acolhimento depende da necessidade de reconhecer a sua função fundamental na resposta humanitária, que necessita também de apoio adequado para permiti-la fazer face às necessidades adicionais devido à superlotação de qualquer infra-estrutura existente, e reduzir os potenciais conflitos entre os anfitriões e os deslocados a disputar os mesmos recursos e meios de vida. O objectivo é de garantir uma integração aceitável para os que pretendem permanecer e tirar proveito suficiente do tempo de acolhimento, para as pessoas que tencionam regressar às suas zonas de origem.

Um documento de referência recomendado para a assistência a ser prestada à comunidade de acolhimento para a melhoria das infra-estruturas é: “Linhas de Orientação sobre Reabilitação e Re(construção) de Infra-estruturas Comunitárias Pós-desastres da FICV”, 2012. Abaixo alguns extractos da publicação:

‘Projectos de Infra-estruturas comunitárias, tais como clínicas, escolas ou plantas de tratamento de água geralmente fazem parte dos esforços de recuperação e reconstrução levados a cabo pelas agências humanitárias após a ocorrência de desastres.

Contudo, geralmente estas intervenções são implementadas numa base individual, separadas dos outros esforços de recuperação em curso na mesma comunidade, e assim raramente fazem parte de um programa integrado ou uma abordagem abrangente para a reconstrução e desenvolvimento da comunidade.

Ademais, as actividades ou funções destas estruturas físicas tipicamente recaem sobre sectores humanitários distintos e separados, exacerbando esta falta de ligação e inibindo uma abordagem comum para a comunidade e planificação em termos de reassentamento pós-desastre.’

‘Aqui o termo pós-desastre é uma necessidade de prestar apoio à população afectada, não só em termos de opções de abrigo mas também garantir que tenham acesso ao abastecimento de água, instalações de saneamento básico, cuidados e serviços de saúde bem como educação. Responder às necessidades em termos de abrigo e infra-estruturas comunitárias são processos paralelos e devem ser planificados e implementados simultaneamente’

Existem vários exemplos de respostas onde tal assistência às comunidades já ou ainda não foi prestada no início da resposta ou não houve nenhuma intervenção, e com impactos muito diferentes sobre o sucesso de quaisquer processos que facilitem o acolhimento.

#### 4.1 A importância de prestar assistência sustentável

Numa das comunidades visitadas, os beneficiários indicaram que a manutenção das infra-estruturas associadas (tanques sépticos) herdados provou ser problemática. Os tanques foram entregues através de um sistema complicado que eles consideraram ser difícil de manter. A bomba usada para o tratamento séptico da água requeria muita manutenção e avariava frequentemente. Cada vez que fosse efectuada a manutenção custava à comunidade 18,000 Rupias de Sri Lanka (141 Francos Suíços/114 Euros). Ademais, a factura mensal de um tanque séptico comum era de 4,000–5,000 Rupias de Sri Lanka (31–39 Francos Suíços/25–31 Euros). A primeira vez a bomba registou uma avaria como resultado das cheias. Após sondagens adi-

cionais, descobriu-se que as bombas importadas usadas eram frágeis. A comunidade estava habituada a usar saquetas de shampoo e depois deitar os sacos plásticos nas drenagens. As saquetas ficavam retidas entre as lâminas da bomba causando uma avaria na bomba. Ademais, o sistema de tratamento séptico de águas residuais em si era complicado e requeria alguém com conhecimentos técnicos para fazer a sua manutenção.

### Lições aprendidas:

- A falta de comunicações claras entre os implementadores do projecto e os beneficiários sobre o uso e manutenção de infra-estruturas contribui para o descontentamento no seio dos utilizadores finais.
- Não é aconselhável ou viável disponibilizar sistemas complexos e não acessíveis às comunidades, com os quais não estão habituados e não podem ser sustentados a longo prazo.

*(Directrizes de Reabilitação e (re)construção de Infra-estruturas Comunitárias Pós-desastre da FICV, 2012)*

## 4.2 Primeiro obter a sua aprovação

Num dos locais de implementação do projecto que foi visitado, a construção de um centro comunitário que está localizado num dos locais de culto foi suspensa depois do início do trabalho. Em Sri Lanka, os espaços comunitários não são construídos dentro dos complexos religiosos. Contudo, devido à fiscalização no processo de aprovação esta questão não foi detectada até depois da colocação da fundação e das vigas. Ademais, o empreiteiro que foi contratado para efectuar os trabalhos declarou-se insolvente e consequentemente não dispunha de fluxo de caixa. Depois de uma série de negociações com as autoridades locais, o trabalho está agora em curso e o centro deve estar pronto brevemente. Contudo, se o processo de aprovação tivesse sido seguido inicialmente, o período e os recursos (humanos e financeiros) que foram objecto de negociações, bem como a ideia de encontrar um novo empreiteiro para concluir as obras poderiam ter sido poupados e as demoras enfrentadas teriam sido evitadas.

### Lições aprendidas

- Garantir que todas as aprovações sejam obtidas antes do início das obras. A longo prazo, isso irá poupar tempo e recursos.
- Adjudicar os contractos aos empreiteiros com um registo comprovado de realização de obras.

*(Directrizes de Reabilitação e (re)construção de Infra-estruturas Comunitárias Pós-desastre da FICV, 2012)*

### 4.3 Porquê fazer melhoria nas infra-estruturas da comunidade

A tradição congoleza de solidariedade tem sido fortemente afectada pelo número crescente de deslocados internos nas comunidades de acolhimento, resultando no esgotamento dos bens da comunidade e pessoais, malnutrição crescente e deterioração da situação de saúde, tensões e recursos escassos e empobrecimento crescente numa região rica em recursos naturais. Os dados relativos às pessoas deslocadas são de difícil definição devido à deslocação acentuada e a fluidez geral dos movimentos da população.

A UNICEF e a Oxfam coordenaram programas na fase piloto de assistência que tinham em vista fazer melhorias nas infra-estruturas para as comunidades com uma alta incidência de acolhimento de deslocados internos. A Oxfam melhorou a disponibilidade de água através de intervenções técnicas que tinham em vista melhorar as zonas de captação e abastecimento de água e providenciaram à comunidade latrinas com vista a melhorar a situação de higiene. A UNICEF providenciou escolas de emergência nas aldeias onde os filhos dos deslocados internos não tinham possibilidade de frequentar a escola devido à limitação em termos de espaço, bem como formação em higiene nas escolas. Ambas as intervenções empregaram mão-de-obra da comunidade.

#### Lições aprendidas

- Os projectos-piloto foram bem-sucedidos na expansão de infra-estruturas comunitárias e na prestação de auxílio para as comunidades de acolhimento dos deslocados internos que estavam sobrecarregadas. As instituições reconhecem, contudo, que estas iniciativas são de menor dimensão e espalhadas, que necessitam de ser melhoradas para providenciar maior cobertura das comunidades que acolhem altos níveis de influxos de deslocados.
- Um grande desafio está relacionado com a advocacia para tais intervenções como ferramentas de emergência quando são claramente mais de natureza de desenvolvimento. Demonstram uma linha de separação entre o auxílio, recuperação e o desenvolvimento que os doadores e as agências operacionais têm dificuldade de se enquadrar nos cenários tradicionais de financiamento. Contudo, a ECHO está a começar a enquadrar tais intervenções no contexto do auxílio à emergência, reconhecendo a necessidade de prestar assistência aos deslocados internos em situações fora dos centros de acomodação, com uma vasta gama de ferramentas.

*(UNHCR, Deslocados Internos nas Famílias e Comunidades de Acolhimento: Assistência para os acordos de acolhimento, 2012)*

#### 4.4 Uma abordagem única para todos os casos – distribuição centralizada de ajuda

Geralmente, os centros de acomodação são adequados para a acomodação a curto prazo para as populações deslocadas enquanto o seu trânsito para outros tipos de abrigo estão a ser preparados. Os centros de acomodação não devem ser considerados para a acomodação a longo prazo, a menos que possam prestar o apoio necessário em termos de condições para garantir a privacidade das pessoas. Este facto é especialmente importante se os centros forem considerados para grupos vulneráveis, tais como pessoas idosas. O período de duração em que as pessoas de forma individual e familiar permanecem num centro de acomodação pode ser crucial. Em relação a qualquer forma de acomodação institucional, a menos que seja garantida privacidade suficiente e independência, um período prolongado de permanência pode resultar em fadiga, possivelmente contribuindo para a depressão, agitação social ou outros problemas psicossociais individuais ou comunitários.

A abordagem típica para a resposta aos desastres em Moçambique prova ser a provisão pelo Governo de assistência centralizada dentro dos centros colectivos (designados em Moçambique por centros de acomodação) combinados com os planos de reassentamento para as pessoas vivendo nas zonas propensas às cheias. Este é o único tipo de resposta que pode provar constituir um grande desafio, especialmente se as cheias forem combinadas com ou se forem uma sequência de desastres causados por ciclones, que é um dos cenários de desastres no país. De facto, neste tipo de evento qualquer comunidade é afectada, independentemente do facto de viver ou não ao longo dos leitos dos rios ou em terras altas, e um tipo diferente de assistência pode provar ser crucial uma vez que o número de pessoas necessitadas em termos de abrigo pode ser consideravelmente mais elevado.

A assistência centralizada tem, indubitavelmente, a vantagem de simplificar a necessidade de infra-estruturas e pessoal, bem como de transporte e logística. Deve-se tomar cuidado para garantir que não seja baseada em quaisquer suposições, tais como:

1. A identificação de beneficiários foi realizada.
2. Os mais vulneráveis foram capazes de chegar ao centro de acomodação para obter assistência.
3. Uma solução aceitável pode ser encontrada para todos os beneficiários no momento de regresso do centro de acomodação para a sua actividade prevista (escola, igreja, mesquita, etc.)
4. As pessoas vivendo fora das zonas de risco mas afectadas na sua produção alimentar, frequentemente ao longo dos leitos dos rios, também são consideradas como parte dos que são carentes, mesmo se não necessitarem de abrigo.

Considerando o reassentamento das pessoas que anteriormente viviam ao longo das zonas propensas às cheias, deve-se ter a certeza do seguinte:

1. As pessoas não serão confrontadas com um nível mais alto de vulnerabilidade não só em relação ao desastre, que pode ser mais facilmente mitigado, mas também em relação à pobreza, do que quando abandonam as zonas afectadas pelos desastres.
2. Todo o reassentamento é voluntário.
3. Os locais de reassentamento providenciam aos habitantes serviços com padrões mínimos.

O inquérito realizado no terreno pela nossa equipa indica que a razão principal para que as pessoas vivendo nas zonas propensas aos perigos tenham tendência de regressar depois de as águas das cheias terem baixado, é essencialmente baseada nos tipos de meios de vida disponíveis e a sua necessidade de produção alimentar para a subsistência, que é apenas possível no caso da cultura do arroz, onde a água existe em grandes quantidades. Parece ser claro que não é seu desafio ao risco regressar às zonas de risco, mas sim a distância do local de reassentamento em relação aos seus meios de vida, bem como custo e o tempo de chegada, que não permitem efectuar viagens diárias e trabalhar a terra.

As comunidades vivendo ao longo dos leitos dos rios e as que vivem nas zonas altas são agrícolas, e ambas sofrem de escassez alimentar sempre em caso de ocorrência de um desastre. Se soluções forem encontradas a longo prazo, não se pode evitar este problema nem o número real de pessoas afectadas, que são cada vez mais empobrecidas depois de cada desastre. Tal empobrecimento, que tem impacto sobre a população já pobre, expõe-na ainda mais a um risco maior de vulnerabilidade em caso de ocorrência de um desastre, devido à falta de disponibilidade de quaisquer recursos para a melhoria das suas condições de habitabilidade através de medidas de mitigação dos efeitos dos desastres para fazer face às cheias e depressões tropicais, e colocando as pessoas mais vulneráveis num ciclo vicioso que prova ser bastante difícil de interromper.

## 5. Exemplos de assistência combinada das famílias e comunidades de acolhimento

As pessoas deslocadas podem ter a oportunidade de viver com familiares, amigos ou pessoas estranhas que desempenham o papel de famílias de acolhimento durante um determinado período de tempo. Podem ser reassentadas num lugar para permanecerem numa casa onde os anfitriões estão presentes, ou numa casa diferente ou uma casa que pertence a um anfitrião, ou na terra que pertence ao anfitrião. A pessoa deslocada pode ter a permissão de permanecer no local sem pagamento ou aluguer, fazendo o pagamento em numerário ou em espécie, por exemplo, prestando serviços.

As opções para a compensação das famílias de acolhimento, por outro lado, incluem as seguintes:

- Melhoria ou expansão de uma casa existente.
- Acesso às infra-estruturas melhoradas ou reabilitadas, tais como abastecimento de água, saneamento e cuidados de saúde.
- Oportunidades para a realização de actividades remuneráveis durante a construção ou reabilitação de infra-estruturas

- Oportunidades para a formação em habilidades de construção ou reabilitação de infra-estruturas.

Para além de receber o valor da renda, as famílias de acolhimento poderiam oferecer-se para prestar ajuda no pagamento de impostos locais ou custos de serviços básicos, tais como água, electricidade ou gás. Mais doadores prestam apoio directo aos pagamentos directos em numerário. Para a distribuição de materiais, cartões ou cupões nominais de beneficiários podem ser usados para que o provedor possa monitorizar a distribuição e usar os materiais.

Esta secção apresenta dois estudos de caso, um no Líbano e outro no Iraque, onde a assistência era prestada pelas famílias e pelas comunidades de acolhimento. No caso do Iraque, a 'Estratégia Nacional: Soluções de Abrigo de Prazo Mais Longo para as Pessoas Afectadas pela Deslocação' elaborada pela UN-Habitat, é descrita abaixo.

## 5.1 Líbano 2011

Este estudo de caso apresenta o apoio de uma família e comunidade de acolhimento depois de um conflito, e foi seleccionado uma vez que oferece um exemplo de assistência combinada: os centros de acomodação localizados dentro das comunidades de acolhimento são reabilitados, enquanto as famílias são apoiadas através da reabilitação e melhoria das suas casas, como uma forma de compensação pelo acolhimento das pessoas deslocadas.

<b>País:</b>	<b>Líbano – famílias de acolhimento, famílias deslocadas e centros de acomodação</b>
<b>Desastre:</b>	<b>Conflito na Síria</b>
<b>Data de ocorrência do desastre:</b>	<b>Março de 2011, em curso</b>
<b>Produto do Projecto:</b>	<b>Reabilitação de 980 casas; 1,555 casas em “isolamento”; reabilitação de centros de acomodação; bens não alimentares para 1,200 famílias</b>
<b>Número de deslocados:</b>	<b>Início do projecto: 6,900 refugiados registados no Líbano. Fim de 2012: 119,596 refugiados, embora os números tivessem aumentado rapidamente</b>
<b>Zona de intervenção:</b>	<b>Vale de Bekaa e Wadi Khalid (norte do Líbano)</b>
<b>Custo do projecto por família:</b>	<b>1,700 Dólares Americanos / reabilitação da casa de uma família; 40 Dólares Americanos / famílias isoladas</b>

Após um conflito civil intensificado na Síria em Março de 2011, milhares de Sírios abandonaram o Líbano, principalmente no norte e este do Líbano, a Região de Akkar e o Vale de Bekaa. Os números de deslocados sírios registados aumentaram rapidamente de cerca de 6,000 no início do projecto em Outubro de 2011 para mais de 100,000 no final de 2012. Este número excedeu em grande medida os números inicialmente planificados para a escala esperada de migração.

A situação dos refugiados Sírios no Líbano tornou-se mais complicada devido às divisões políticas e religiosas. Os refugiados estabeleceram-se principalmente em locais com municípios sensíveis, onde sentiam-se seguros. Isto contribuiu para as populações de refugiados relativamente localizadas no Vale de Bekaa. Também contribuiu para os desafios na identificação de famílias refugiadas, uma vez que algumas preferiam permanecer no anonimato.

### Pontos fortes

- O projecto baseou-se nas capacidades existentes em termos de acolhimento e prestou apoio às famílias de acolhimento.
- O investimento no abrigo melhorado e nas infra-estruturas domésticas permaneceu com as famílias de acolhimento. Isto incentivou boas relações com os refugiados.
- Embora o projecto tenha sido focalizado ao abrigo, foi flexível e incluiu obras que tinham em vista melhorar o sistema de abastecimento de água e saneamento do meio para as casas de acolhimento.

### Pontos fracos

- O projecto necessitava de um grande número de pessoal para efectuar múltiplas visitas por casa. Isto tornou difícil que o projecto se expandisse rapidamente em resposta aos rápidos influxos de refugiados.
- Como uma solução prática para garantir a posse, foram assinados acordos limitados de acolhimento com a duração de um ano, depois do qual não houve garantia de que as famílias poderiam permanecer. Na realidade, contudo, houve poucos desalojamentos.
- A capacidade total em termos de acolhimento em caso de novos influxos de refugiados não foi avaliada com detalhe.
- Não esteve sempre claro se as famílias acolhidas não permaneceram nas casas gratuitamente ou se tiveram que efectuar algum pagamento às famílias acolhedoras.

### Lições aprendidas

Assim que as famílias tiverem sido identificadas para a sua inclusão no projecto, a equipa de engenheiros regressou e realizou um levantamento detalhado das obras que requeriam o uso de um modelo de caderno de encargos padrão e detalhado'. Cada linha no caderno de encargos foi atribuída um custo unitário, do qual os custos dos materiais foram calculados. Os documentos foram revistos no escritório e um calendário de trabalho foi acordado com o proprietário da casa.

Foram alocadas doações em numerário às famílias para que elas pudessem cobrir as despesas de reparação. As doações em numerário foram pagas em prestações após a confirmação por parte das equipas de monitoria das organizações de que certas etapas da construção haviam sido concluídas:

- A 1ª prestação de 25 por cento foi paga quando o contrato foi assinado.
- A 2ª prestação de 30 por cento foi paga quando sessenta por cento da 1ª prestação foi concluída.
- A 3ª prestação de 45 por cento foi paga após a conclusão.

Um contrato foi assinado por todas as partes para evitar que a família de acolhimento exigisse um valor adicional de arrendamento da família síria ou despejá-los após a reabilitação.

A organização operou a partir de dois escritórios, cada um numa distância inferior a três horas de carro a partir de Beirut. O pessoal trabalhou em equipas de três pessoas. Os gestores do projecto em cada local supervisionaram as duas equipas.

Além da reabilitação das casas da família de acolhimento, alguns centros de acomodação também foram reabilitados. As obras típicas realizadas incluem:

- Substituição de portas e janelas e paredes danificadas
- Reparação do tecto
- Reabilitação das instalações de saneamento
- Provisão de locais para a preparação de refeições
- Abastecimento de água e electricidade
- Instalação de divisórias para garantir a privacidade.

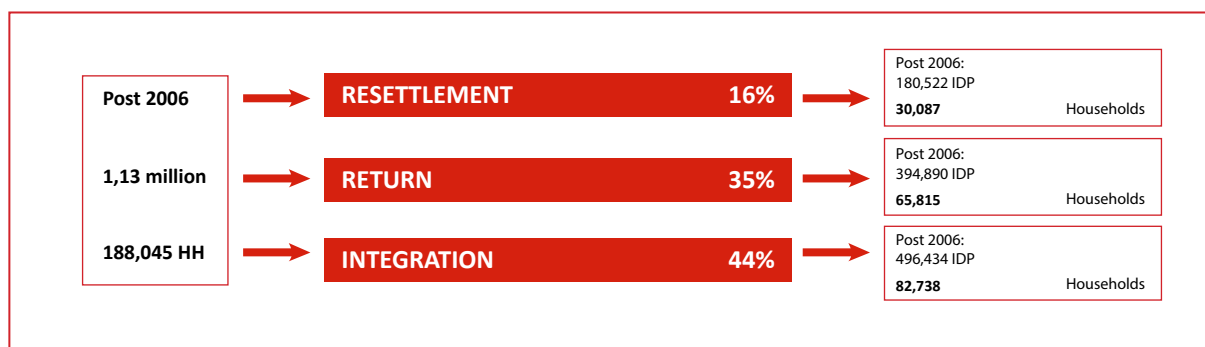
*(Adaptado de: Projectos de Abrigo, UN-Habitat e FICV 2011-2012)*

## 5. 2 Iraque 2011

Este estudo de caso é baseado no desenvolvimento da 'Estratégia Nacional do Iraque: Soluções de Abrigo a longo prazo para pessoas afectadas pela deslocação', UN-Habitat, Agosto de 2011. Embora ainda não estejam disponíveis os resultados da sua implementação, a estratégia apresenta uma referência útil sobre como lidar com um grande influxo de deslocados, e proporciona tipos de assistência entre sectores, incluindo a provisão de abrigo da família de solidariedade (aqui referidas por agregados familiares), e para a assistência da comunidade de acolhimento.

<b>País:</b>	<b>Iraque</b>
<b>Desastre:</b>	<b>Conflito</b>
<b>Data de ocorrência do desastre:</b>	<b>2003-2006</b>
<b>Produto do Projecto:</b>	<b>Obter soluções de abrigo a longo prazo para os deslocados devido ao conflito.</b>
<b>Número de deslocados:</b>	<b>188,045 famílias</b>
<b>Área de intervenção:</b>	<b>A nível nacional, vários governos</b>





O diagrama acima (ndr: reformulação de todos os diagramas considerados necessários em caso de publicação) dá uma indicação das necessidades de alojamento para os deslocados internos.

Tiradas as percentagens da actual situação de abrigo, pode-se extrapolar que pelo menos um terço de todas as famílias deslocadas necessita urgentemente de abrigo adequado, especialmente as famílias que vivem ilegalmente em edifícios públicos, bairros pobres informais e construções precárias. 33,7 % das famílias deslocadas vivem em edifícios públicos, bairros pobres ilegais, abrigo precário, antigos campos militares, tendas. Este número não inclui as famílias que vivem em centros de acomodação arrendados em condições abaixo dos padrões ou com rendas não acessíveis ou as que vivem com famílias de acolhimento. Estas famílias são particularmente vulneráveis devido à ameaça de despejos forçados. As necessidades de acomodação da população deslocada do Iraque deve ser considerada dentro do contexto do mercado nacional de habitação e das exigências, o que mostra que não só um terço das unidades de habitação estão ligadas aos serviços primários tais como água canalizada, esgotos, electricidade e telecomunicações.

### Estratégia sobre a terra

Uma abordagem de partilha de terra é explorada dentro da estratégia, onde uma porção da terra pertencente ao governo ocupada informalmente é alocada para ser usada pelas pessoas em causa, e subdividida densamente para acomodar números elevados, enquanto o resto da terra é depois desbravada para ser usada pelo governo. Para proteger o processo de apropriação de terras, deve-se criar mecanismos de salvaguardar o processo.

A selecção de locais adequados para o reassentamento tem um impacto significativo sobre a capacidade dos residentes para conseguir oportunidades de emprego e meios de vida no novo local e consequentemente para satisfazer as suas necessidades familiares. Os deslocados internos e os retornados mencionaram que a oportunidade de meios de vida é a sua maior prioridade.

A experiência de muitos países mostrou que o reassentamento para locais adequados de reassentamento, tal como locais periféricos com serviços limitados, sem acesso fácil às oportunidades de meios de vida, resultou num declínio dos padrões de vida e a perda do capital social, independentemente dos melhores padrões de acomodação. Este factor tem o possível efeito

de que os agregados familiares decidam regressar para as zonas nos bairros ilegais no interior da cidade.

Abaixo são alistados os passos de implementação em sequência para facilitar o processo de melhoria sustentável dos assentamentos:

- Acordo para não recorrer ao despejo dos actuais ocupantes
- Procedimentos de numeração dos actuais ocupantes e alocação de endereços
- Criação de um comité de gestão do projecto com as autoridades locais, um grupo de gestão da comunidade, Unidade de Facilitação de Habitação, criação de um esquema de poupança e de empréstimos na comunidade
- Elaboração de um plano director
- Planificar e chegar a um acordo sobre a extensão de serviços básicos e fundamentais através do processo de implementação
- Processo de regularização de terrenos individuais alocados
- Início das obras de construção

No caso do reassentamento, os seguintes passos devem ser seguidos em sequência:

- Acordo sobre a posse de terra, e estabelecer um quadro para apoiar projectos de reassentamento na área de construção.
- Selecção de lugares.
- Propriedade da terra para permanecer com o governo ou instituições.
- Ordenamento, especificando a habitação, infra-estruturas físicas, serviços sociais, transporte e oportunidades de emprego.
- Construção de assentamentos, especificando as modalidades definidas pelo proprietário e pelo empreiteiro, assistência técnica e financeira, infra-estruturas físicas, transporte e oportunidades de emprego.
- Estabelecimento e posse de terra e diferentes propriedades municipais e custódia até que os empréstimos sejam pagos.

A falta de provisão adequada de serviços físicos e sociais é comum no Iraque. A prestação de serviços é dispendiosa. Contudo, o custo pode ser reduzido através da prestação de serviços básicos que podem ser melhorados de forma crescente, através da planificação e definição de prioridades e mobilização/participação da comunidade.

Os exemplos do nível mínimo de prestação de serviços são:

- Tanques sépticos (partilhados) ou latrinas de fossa construída no terreno para habitações básicas e habitações unifamiliares nas zonas periféricas e rurais.
- Ligação à rede de saneamento para a rede principal, para o modelo de residências de vários andares no interior das zonas urbanas.
- Fontes de água comunitárias nas zonas periféricas e rurais.
- Estradas não asfaltadas

- Estrutura de recolha de resíduos na comunidade / esquemas de reciclagem de resíduos.
- Iluminação pública direccionada

### **Estratégia de opções de habitação**

Uma nova habitação é necessária nas zonas urbanas, peri-urbanas e rurais para as pessoas que possuem terra e para as pessoas nos locais de reassentamento e nos locais de melhoria do reassentamento. Existe uma vasta gama de necessidades de habitação e níveis de acessibilidade, vários tipos de habitação são necessárias para satisfazer as necessidades das pessoas afectadas. Na maior partes dos casos os agregados familiares serão capazes de pagar o empréstimo básico. Contudo, haverá necessidade de apoio para a maior parte dos agregados familiares. É adoptada a seguinte estratégia:

1. Casas de baixo custo a serem construídas (auto-construção ou construídas por um empreiteiro) nas zonas peri-urbanas e rurais em terrenos urbanizados numa base de reembolso. A parte mais vulnerável do grupo alvo beneficia de uma casa básica.
2. As unidades de habitação verticais urbanizadas de baixo custo a serem providenciadas no interior das zonas urbanas são numa base de reembolso. Os agregados familiares mais vulneráveis vão beneficiar de unidades de habitação acessíveis e que cobrem o custo de manutenção. Define-se modalidades de arrendamento a um prazo mais longo a serem providenciadas através da criação de cooperativas de habitação.

O diagrama abaixo indica os padrões mínimos e os custos para construir casas novas básicas e unidades de apartamentos, incluindo acomodação e financiamento.

	Housing type 1		Housing type 1
Type	Basic-house		Apartmentn in Economic multi-family unit
15 years term	48 sqm Minimum Internal Area*		57 sqm Minimum Internal Area*
Accommodation	3 Habitable Rooms, Kitchen, Bathroom		2 Habitable Rooms, Kitchen, Bathroom
Future extensions	possible		Not possible
Construction modalities Cost/sqm	Self-built \$230-250	Contractor-built \$300	Contractor-built \$300-350
Total housing construction cost	\$11,040-12,000	\$14,400	\$17,100-20,000
7 years term (monthly payment**)	\$134-146	\$175	\$208-242
10 years term (monthly payment**)	\$94-102	\$122	\$145-170
15 years term (monthly payment**)			\$97-113
Vulnerable houselands	The right to use for set time period at an affordable basis, covering cost of maintenance. e.g.: 10 years. Long term strategy: transfer of ownership to household after 10 years of continuous occupation.		The right to use for set time period at an affordable basis, covering cost of maintenance. e.g.: 10 years. Long term strategy: Establishment of hHousing Cooperative registered under the General Union of Cooperation, to manage housing units for vulnerable household, or transfer of ownership to household after 10 years of continuous occupation - e.g.: 10 years

Os agregados familiares mais vulneráveis devem beneficiar de uma casa e ter o direito de uso durante 10 anos, com um compromisso de fazer a manutenção da casa. Os agregados familiares devem ter o direito de ampliar as suas propriedades se assim o desejarem. Depois de 10 anos de ocupação contínua, o direito de uso pode ser revisto com a possibilidade de transferência da posse para o agregado familiar ou para uma cooperativa de habitação.

Como regra geral, as zonas de habitação de grande escala direccionadas aos deslocados internos e a outros grupos vulneráveis devem ser evitadas. A habitação deve ser idealmente localizada em sítios urbanos ou incorporada em novas zonas residenciais mistas.

Onde for possível, deve-se incentivar abordagens de construção orientadas pelo proprietário. Isto, aliado à garantia de custo – eficácia, permite aos proprietários estar sob o controlo do desenvolvimento da casa que satisfaça os requisitos específicos dos agregados familiares.

Os danos às casas variam em grande medida entre as taxas aplicadas pelo governo. As famílias retornadas requerem espaço adequado para reconstruírem as suas vidas e restabelecer os seus meios de vida, e frequentemente carecem de meios financeiros e habilidades técnicas para levar a cabo as obras. Os empréstimos e, no caso dos agregados familiares vulneráveis, devem ser disponibilizados aos agregados familiares individuais sob a forma de doações para

facilitar a reabilitação das suas casas. Deve-se prestar assistência técnica e jurídica por unidades locais (baseadas na comunidade) de facilitação de habitação (HFU), que devem ser criadas ao nível do governo ou do município, com vista a prestar apoio técnico e jurídico em questões relacionadas com a construção, formação em habilidades de construção e gestão de obras de construção, financiamento e monitoria.

A maior parte da população afectada poderia aceder a empréstimos modestos se o financiamento para a habitação tiver sido disponibilizado. A construção de casas será financiada através de empréstimos acessíveis providenciados pelos bancos sob tutela do governo; os capitais de empréstimo serão recuperados dos agregados familiares beneficiários. Limitando o tamanho da casa, o reembolso mensal dos empréstimos pode ser tão pouco como 100 dólares Americanos por mês. No caso da reabilitação das casas, recomenda-se a reabilitação usando empréstimos sequenciais de pequena escala. Para os agregados familiares mais vulneráveis, os fundos devem ser disponibilizados para desenvolver casas e apartamentos básicos em unidades multi-familiares. A habitação para os mais vulneráveis será financiada directamente através dos fundos do governo e providenciados aos agregados familiares com direito de uso.

A grande deslocação de pessoas que teve lugar no Iraque desenraizou as comunidades e exerceu uma pressão acrescida sobre as comunidades de acolhimento. As pessoas responsáveis pela planificação do programa devem alocar uma proporção do orçamento do projecto de deslocados para a prestação de serviços e/ou habitação que beneficie as comunidades de acolhimento. Em particular, é importante prestar assistência aos grupos mais vulneráveis da comunidade de acolhimento com necessidades comparáveis, uma vez que isso contribui para a estabilização da comunidade.

A terra destinada ao reassentamento pode, muitas vezes, estar localizada em zonas periféricas recônditas das ligações de transporte acessíveis e sem oportunidades de geração de rendimento. Isto pode contribuir para que os reassentados regressem aos bairros de lata nas zonas urbanas onde eles têm as piores condições de vida, mas têm acesso aos meios de vida. Para evitar tais situações, é importante:

- Localizar os assentamentos perto dos locais de transporte urbano acessível (autocarro, comboio, bicicleta, distância percorridas à pé).
- Localizar os assentamentos perto dos mercados ou criar mercados, centros económicos e meios de vida/emprego, oportunidades de emprego.
- Localizar os assentamentos perto das oportunidades de emprego na construção de casas.
- Nas zonas urbanas, desenvolver edifícios de uso múltiplo. Por exemplo, residências em andares elevados e espaço comercial no rés-do-chão.
- Fazer advocacia para que haja espaço de geração de meios de vida a ser alocado perto dos locais do projecto de habitação.

Tendo em conta que frequentemente as oportunidades de emprego são igualmente escassas para os deslocados e as comunidades de acolhimento, deve-se garantir que as comunidades de acolhimento e os deslocados tenham emprego em projectos de habitação e infra-estruturas, priorizando sempre os mais vulneráveis. Isto irá contribuir para a redução da tensão entre os deslocados e a comunidade de acolhimento.

## 6. Exemplos de assistência para as famílias deslocadas vivendo com as famílias de acolhimento

Os quatro estudos de caso seguintes foram incluídos devido à sua pertinência e potencial aplicabilidade no contexto moçambicano. Os exemplos da RDC, em particular, são relevantes para os casos de acolhimento pêndulo, tais como as que ocorrem em locais expostos aos desastres recorrentes ou em curso.

### 6.1 RDC, Goma 2002- Apoio integrado para as famílias de acolhimento e deslocados

Este estudo de caso apresenta um resumo de um levantamento feito por um grande doador de um programa de abrigo de transição e de recuperação que é financiado em Goma, após a erupção vulcânica em 2002. O levantamento foi realizado dez anos após a resposta inicial. O levantamento constatou que o abrigo de transição ajudou a facilitar o processo de transição para habitação permanente, e tornou-se uma base para muitas actividades de meios de vida. Também constatou haver impactos duradouros da abordagem de assentamentos aplicados e das actividades de apoio para ajudar as pessoas em Goma a “viver com o risco”.

A assistência foi usada para expandir ou suplementar as casas das famílias de acolhimento, ou construir em terrenos subutilizados ou em terrenos vagos e reservados para residências privadas. Os materiais de abrigo foram suficientes para criar 21m<sup>2</sup> de espaço de vivência coberto para um agregado familiar médio até seis pessoas. Os materiais incluíam lonas plásticas, chapas de zinco para cobertura, molduras de madeira e pavimento em betão e betonilha. Uma latrina modesta também foi providenciada.

Três quartos dos agregados familiares foram apoiados nas terras ocupadas pelas famílias de acolhimento (membros de família ou amigos); muitos destes beneficiários mantiveram-se no terreno das famílias acolhidas.

Com milhares de empregos perdidos e a economia urbana e regional devastada, organizações nacionais e internacionais levaram a cabo uma resposta rápida, com a comunidade internacional a contribuir com um total de 40 milhões de dólares Americanos em assistência.

Neste estudo de caso, a contribuição do doador era de aproximadamente 5 milhões de dólares Americanos. Isto incluiu 2.6 milhões de dólares Americanos em auxílio de emergência: assistência em água, alimentos, saúde e bens não alimentares (incluindo mantas, utensílios domésticos e rolos plásticos); e um programa orçado em 2.3 milhões de dólares Americanos que inclui um projecto de abrigo de transição e actividades de redução do risco de desastres.

<b>País:</b>	<b>República Democrática do Congo</b>
<b>Local do Projecto:</b>	<b>Goma</b>
<b>Desastre:</b>	<b>Erupção vulcânica em Goma em 2002</b>
<b>Nº de casas danificadas:</b>	<b>15,000 casas destruídas (20 por cento do parque habitacional de Goma)</b>
<b>Número de pessoas deslocadas:</b>	<b>300,000 pessoas deslocadas</b>
<b>Produto do Projecto:</b>	<b>5,000 famílias apoiadas com abrigo e pacotes de latrinas</b>
<b>Custo de abrigo:</b>	<b>Custo médio de 250 milhões de Dólares Americanos: Abrigo e latrinas (materiais e mão de obra)</b>

As opções para satisfazer as necessidades de abrigo incluíram a evacuação de toda a cidade para um novo local, dispersar as pessoas para diferentes regiões do país, movimentar as pessoas nos centros de acomodação e uma opção “focalizada para a cidade” que visa a reabilitação de Goma em si, permitindo que o maior número possível de pessoas permanecesse. Estas opções foram discutidas de forma exaustiva entre os representantes de todas as partes interessadas principais. A segurança real e percebida e as condições políticas na região localizada imediatamente afectaram as decisões da região na assistência em abrigo restringindo as opções de reassentamento para a parte Este, Norte e Oeste de Goma. A cidade também está localizada na margem norte do Lago Kivu, tornando impraticável a movimentação dos deslocados em grande escala em direcção a sul.

Também houve consideração sobre a segurança local que muitas pessoas desejavam permanecer perto das suas anteriores casas para prevenir a apropriação ou pilhagens. Após consultas com as comunidades afectadas e as autoridades, o doador elaborou uma estratégia bidireccional que iria trazer uma nova vida e reduzir os impactos de futuros desastres.

O primeiro elemento do programa, devido às preocupações sobre a segurança, protecção e económicas da população afectada, foi o apoio a um programa de abrigo de transição focalizado para a cidade, aplicando 80-85 por cento dos fundos do programa para a zona urbana de Goma. O doador e os seus parceiros determinaram que havia espaço suficiente em Goma para os residentes de abrigo no local, e que as infra-estruturas sociais e económicas existentes, mesmo após a erupção, tornaram mais fácil a assistência às pessoas na cidade em relação aos outros lugares.

O doador financiou uma única organização para prestar apoio em termos de abrigo em Goma a 5,000 agregados familiares. Todos os agregados familiares foram apoiados dentro de nove meses após a erupção. Outros doadores viram a eficácia desta estratégia e prestaram um apoio adicional combinado a um total de 8,000 agregados familiares com abrigo de transição. Outros 2,000 agregados familiares receberam outra assistência de várias outras organizações.

O segundo elemento da estratégia estava baseado na mensagem básica de aprender a viver com o risco: um Programa de redução do risco de desastres foi concebido para promover melhorias na monitoria do perigo de vulcão (provisão de equipamento, pessoal de apoio e assistência técnica ao Observatório do Vulcão de Goma). O doador também patrocinou um programa de redução do risco de desastres baseado na comunidade ligado ao Observatório do Vulcão de Goma com a duração de dois anos, que tinha em vista melhorar os sistemas de aviso prévio, actualização das rotas de evacuação e melhoria da sensibilização da comunidade sobre o que devem fazer e para onde se dirigir em caso de ocorrência de erupções e terremotos. A

rede rodoviária foi expandida após discussões com as autoridades e representantes locais. Tinha em vista aumentar o número de rotas de evacuação.

### Pontos fortes

- O abrigo de transição realmente pode facilitar a transição para habitação permanente. Tal como estava previsto, quase todos os 5,000 abrigos sob a forma de T originais, melhoraram de alguma forma como parte dos esforços para tornarem-na numa casa permanente. Uma visita ao terreno realizada em 2012 constatou que a maior parte das famílias beneficiárias continuavam a viver nos seus abrigos de transição transformados. Depois de dez anos, algumas famílias ainda estão a fazer melhorias contribuindo para a permanência, sugerindo que o processo de desenvolvimento da expansão das habitações é evidente e provavelmente continue num futuro previsível.
- Os abrigos de transição tornaram-se em “lojas”. Conforme está previsto, muitos beneficiários do projecto expandiram os seus abrigos para criar espaço para a realização de todo o tido de actividades de meios de vida restaurando, desta forma, os seus meios de vida perdidos devido ao desastre, ou criando uma nova actividade económica usando abrigo como uma plataforma muito necessitada para a produção. Este aspecto contribuiu para a recuperação económica da comunidade e a nível regional desde a erupção vulcânica.
- Um enfoque deliberado sobre o “Abrigo e Assentamentos” é uma abordagem criticamente necessária para a assistência humanitária nas zonas urbanas. A recuperação num prazo mais longo era dependente da regeneração da sua economia urbana. Providenciou abrigo de transição na cidade, maximizou e concentrou os benefícios económicos associados com investimentos feitos pela comunidade humanitária. Por sua vez, os residentes tiveram melhor acesso ao emprego e serviços públicos num contexto urbano do que num centro de acomodação localizado numa zona recôndita, contribuindo para a melhoria da recuperação da sua cidade. As medidas de Redução do Risco de Desastres foram incorporadas na reconstrução de redes de estradas e serviços, com vista a melhorar as opções de evacuação bem como o acesso à terra e aos mercados de habitação. A abordagem centrada na cidade orientou a assistência humanitária em prol do ordenamento de assentamentos e também reflectiu os desejos dos beneficiários para regressar aos seus próprios bairros.

### Pontos fracos

- Para as famílias com oito ou mais membros, inicialmente o abrigo não era suficientemente grande.
- Algumas pessoas sentiram que as paredes plásticas comprometiam a sua privacidade e segurança.



## Lições aprendidas

Apesar de mudanças consideráveis em Goma durante o período de 2002 a 2012, incluindo o recente conflito dentro e perto da cidade, vários resultados das actividades pós-erupção apoiadas pelo doador tornaram-se visíveis ao longo do tempo:

- Além da provisão do tão almejado abrigo, o programa centrado na cidade tinha um impacto significativo na economia de Goma. As famílias beneficiárias apoiaram aproximadamente 45,000 pessoas por dia em termos de mão-de-obra para transformar o seu abrigo de transição em casas permanentes. Isto gerou cerca de 3,600 novos empregos e ajudou no início da recuperação económica em Goma.
- A monitoria do vulcão está em curso, com a maior parte do equipamento providenciado ainda em funcionamento, embora haja necessidade de melhorias. O Observatório do Vulcão de Goma continua a realizar várias actividades de educação baseadas na comunidade, embora haja necessidade de actualização. As actividades incluem a prestação de relatórios de actividades sobre o vulcão para as estações de rádio, partilha de informação num centro de informação local sobre vulcões e actualização dos níveis de alerta em lugares públicos.
- Ao longo do tempo, quase todas as famílias beneficiárias transformaram o seu abrigo de transição em habitação permanente, resultando no restabelecimento dos mercados locais e das comunidades, contribuindo para a recuperação em termos gerais. A resposta rápida à erupção vulcânica de 2002, a incorporação da Redução do Risco de Desastres na resposta e a abordagem de abrigo explícito e assentamentos adoptados tinham em vista melhorar a resiliência das pessoas em Goma, através da promoção da recuperação e redução do impacto de futuros desastres.
- O levantamento realizado em 2012 por este doador constatou que as actividades que apoiou tinham contribuído para uma transição e reconstrução. Este resultado é notável, uma vez que demonstrou a utilidade de usar abrigo como um meio de promoção da recuperação económica e a ligação das actividades de abrigo humanitárias baseadas na comunidade para o processo de desenvolvimento de habitação permanente de longo prazo. Ademais, as actividades de abrigo estavam deliberadamente concentradas nos bairros, onde possivelmente as pessoas pretendiam recomeçar as suas vidas e os seus meios de vida. Permitiu às pessoas aprender a viver com o risco, apoiando-as com actividades de redução do risco.

*(Adaptado de Projectos de Abrigo da UN-Habitat e FICV, 2011-2012)*

## 6.2 RDC, Goma 2009 – Apoio integrado para as famílias de acolhimento e deslocados

Apoio multi-sectorial para as famílias de acolhimento e as famílias acolhidas 'Umoja' (solidariedade), após um influxo de deslocados em Goma. As famílias receberam materiais para reabilitar ou ampliar as suas casas, bem como artigos domésticos básicos usando o sistema de cupão.

<b>País:</b>	<b>República Democrática do Congo</b>
<b>Desastre:</b>	<b>Conflito armado em curso</b>
<b>Data de ocorrência do desastre:</b>	<b>1994 – Conflito na parte oriental de RDC 2008 - Ofensiva em direcção a Goma</b>
<b>Número de casas danificadas:</b>	<b>Não conhecido</b>
<b>Número de pessoas deslocadas:</b>	<b>&gt;100,000 para esta fase do conflito. Milhões cumulativamente durante os anteriores 16 anos.</b>
<b>População alvo do projecto:</b>	<b>250 famílias - ‘solidariedade’</b>
<b>Taxa de ocupação no acto de entrega:</b>	<b>100% na conclusão do projecto</b>
<b>Tamanho do abrigo:</b>	<b>11.5m<sup>2</sup> extensão para as casas existentes. Aumento de 1.5m<sup>2</sup> por pessoa para 2.25m<sup>2</sup> por pessoa.</b>
<b>Custo dos materiais por abrigo:</b>	<b>680 USD para abrigo, latrinas e mão-de-obra.</b>
<b>Custo do projecto por abrigo:</b>	<b>250 USD por pessoa, incluindo os custos operacionais / de apoio.</b>

### Modelo de assistência

Cinco modelos de assistência foram acordados depois das discussões em grupos focais e definidos através de seminários participativos com as comunidades afectadas dos dois distritos alvo.

**Modelo 1 – Conjunto de ferramenta de construção para um abrigo independente.** O modelo 1 ofereceu três opções diferentes a serem escolhidas com base nos diferentes subsídios orçamentais, para e com base nas necessidades de cada família de solidariedade. A combinação final dos diferentes modelos para cada família de solidariedade irá depender também do seu tamanho e a presença ou ausência de saneamento.

<b>Modelo 1 - opção a</b> 	<b>Abrigo revestido de tábuas de madeira e cobertas com chapas de zinco onduladas</b>
<b>Modelo 1 - opção b</b> 	<b>Abrigo com apenas 2 compartimentos revestidos com tábuas de madeira e cobertas com chapas de zinco onduladas e galvanizadas</b>
<b>Modelo 1 - opção c</b> 	<b>Abrigo revestido com rolos plásticos e coberto com chapas de zinco onduladas e galvanizadas</b>
<b>Modelo 2</b> 	<b>Conjunto de ferramenta para a expansão da casa existente da família de acolhimento, apenas 2 compartimentos revestidos com tábuas de madeira e cobertas com chapas de zinco onduladas e galvanizadas</b>
<b>Modelo 3</b> 	 <b>Ferramenta de fixação para o telhado de uma estrutura existente</b>
<b>Modelo 4</b>	<b>Construção de uma latrina coberta de rolo plástico</b>
<b>Modelo 5</b>	<b>Esvaziamento de uma latrina existente</b>

### Métodos de assistência apoiados

Para capacitar a população afectada que constitui o grupo alvo e garantir a sua capacidade de levar a cabo todas as obras de construção, um número de métodos de assistência foram combinados com a distribuição de conjuntos de ferramentas de diferentes modelos:

- Distribuição de materiais e ferramentas
- Formação de formadores para a construção de um abrigo e latrina para servir de modelo
- Monitoria da construção e provisão de conhecimentos técnicos
- Programa de cupões
- Mão-de-obra na comunidade

- Mão-de-obra contratada
- Apoio jurídico

### Pontos fortes

- Foi encontrada uma alternativa para os centros de acomodação
- As famílias de acolhimento e acolhidas tiveram um grande controlo
- As comunidades em si, bem como as autoridades e grupos locais e as igrejas estiveram bastante envolvidas na concepção do projecto e na sua implementação
- Um número significativo de famílias acolheu pessoas totalmente estranhas. Nalguns casos a família de acolhimento era de um grupo técnico ou linguístico diferente em relação à família acolhida. Isto mostrou o espírito de Umoja
- Os meios de vida das famílias deslocadas eram apoiados através da provisão de abrigo mais seguro mais próximo das zonas de alta actividade económica
- As famílias eram capazes de obter um fornecedor para substituir alguns materiais de melhor qualidade ao mesmo preço
- As tensões entre as comunidades de acolhimento e os deslocados reduziram

### Pontos fracos

- Inicialmente, muitos provedores de serviços retiraram-se, fazendo com que os preços dos alimentos e materiais de abrigo fossem de difícil controlo. Esta situação foi posteriormente resolvida.
- Tendo em conta que este era um projecto – piloto, altos níveis de monitoria e envolvimento por parte do pessoal da gestão sénior eram necessários.
- Eram necessários altos níveis de sensibilização e monitoria
- O projecto não foi apoiado através de fundos comuns uma vez que não recaía sobre categorias pré-definidas tais como a gestão de centros de acomodação ou recuperação prévia.
- As casas existentes eram menores do que um espaço de 3.5m<sup>2</sup> por pessoa. Os abrigos construídos pelo projecto respeitaram este aspecto para reduzir o risco de surgimento de tensões.
- Este projecto não estava ligado a nenhum ordenamento urbano ou regional formal.

### Lições aprendidas

- A alocação de tempo suficiente do pessoal local para levar a cabo a verificação atempada e repetida dos mercados de material de construção e dos comerciantes é crucial, especialmente para a aquisição de madeira, areia, agregados, para garantir a qualidade necessária numa região onde a certificação não é a opção viável.

- Permitir tempo e recursos para que um processo participativo seja inicialmente exigente, mas um investimento muito gratificante, especialmente quando se trabalha numa zona de conflito bastante volátil e quando se trabalha para a criação de um ambiente de acolhimento que deve durar pelo menos desde que os deslocados estejam seguros para regressar para casa, o que em Goma pode significar anos.
- Embora haja um certo grau de trabalho voluntário comunitário, para garantir a participação, deve-se proporcionar dinheiro ou alimentos como um incentivo para não ir ao trabalho e procurar trabalhos diários alternativos. Em Goma, foi uma combinação de trabalho pago durante os dias de semana, quando pelo contrário as pessoas não estariam disponíveis e o trabalho voluntário, uma vez por semana, é tradicionalmente realizado.
- A mão-de-obra contratada deve sempre ser considerada para trabalhos que não sejam aceitáveis ou confirmados como sendo demasiado árduos pelos membros das famílias, tais como o esvaziamento de latrinas ou abrir covas para latrinas num local rochoso.
- Todas as contribuições nas obras de mão-de-obra qualificada e não qualificada da comunidade em apoio às obras de construção levadas a cabo em nome das famílias vulneráveis devem ser pagas.

*(Adaptado de: FICV, Assistência às famílias e comunidades de acolhimento depois das crises e desastres naturais – uma guia de passo-a-passo, 2012)*

### 6.3 Haiti 2010 – Apoio integrado para as famílias de acolhimento e deslocados

Apoio aos deslocados e às suas famílias de acolhimento em 10 comunidades de Les Cayes, Departamento do Sul, através da provisão de propinas escolares durante um ano para os filhos dos deslocados e uma única doação não condicional para as famílias que os acolhem.

<b>País:</b>	<b>Haiti</b>
<b>Desastre:</b>	<b>Terramoto</b>
<b>Data de ocorrência do desastre:</b>	<b>12 de Janeiro de 2010</b>
<b>Número de casas danificadas:</b>	<b>Não conhecido</b>
<b>Número de pessoas deslocadas:</b>	<b>&gt;500,000 fora de Port au Prince</b>
<b>População alvo do projecto:</b>	<b>6000 famílias apoiadas com doação em numerário não condicional, 14,300 crianças com propinas escolares durante 1 ano, 10 comunidades com uma doação comunitária para propostas que irão beneficiar a comunidade (RRD ou modernização de edifícios comunitários), 8000 uniformes escolares, escolas de verão para crianças.</b>

Depois do terramoto devastador ocorrido no dia 12 de Janeiro de 2010, um estudo mostrou um grande influxo da população em várias comunas no Departamento do Sul. Isso foi causado pelo movimento das famílias afectadas pelo terramoto para estas comunas na zona suburbana. Constatou-se, contudo, que um dos membros destas famílias regressou a Port-au-Prince a procura de trabalho devido à falta de oportunidades de emprego na zona suburbana. Enquanto os pais procuravam trabalho, deixavam os seus filhos para serem cuidados pelos familiares ou amigos da família.

Aliviar a pressão económica dos deslocados e das famílias e comunidades de acolhimento é uma necessidade e prioridade urgente, que foi negligenciada em grande medida. O levantamento inicial no Departamento do Sul confirmou a necessidade de criação de oportunidades de meios de vida e satisfazer as necessidades primárias das famílias de acolhimento e dos acolhidos. Adicionalmente era necessário incrementar o apoio para a educação: um levantamento feito pela UNICEF mostrou que 33% das crianças do ensino primário em idade escolar haviam abandonado a escola devido à incapacidade dos pais para pagar as suas propinas e custos relacionados.

O programa respondeu às necessidades através da provisão de doações incondicionais em numerário para 6,000 famílias de acolhimento em 10 diferentes comunidades de acolhimento, bem como através do pagamento de propinas escolares durante um ano para 14,300 crianças. Além disso, uma doação foi criada para responder às diferentes solicitações feitas por cada comunidade para cobrir os custos relacionados com RRD ou modernização dos edifícios.

Uma componente paralela do programa lidou com o fortalecimento das acções de sensibilização das comunidades e das escolas nas seguintes áreas:

- Redução do Risco de Desastres
- HIV/SIDA
- Primeiros Socorros
- Preparação para Desastres
- Transformação Participativa em Higiene e Saneamento e promoção de higiene
- Capacitação da Delegação da Cruz Vermelha do Haiti em Les Cayes.

### Pontos fortes

- O programa contou com o forte apoio das famílias de acolhimento para ajudar na recuperação das pessoas afectadas, proporcionando-lhes um ambiente de vida mais familiar e inclusivo em relação aos centros de acomodação.
- Também abordou uma das causas principais da pobreza no Haiti – isto é, a migração das zonas rurais para Port au Prince, causada pela falta de oportunidades de educação e meios de vida nas províncias. O programa reforça a resiliência da comunidade, enquanto investe no desenvolvimento rural.
- Melhorou o acesso à educação para os filhos dos deslocados nas zonas rurais, o que permitiu um regresso mais estável das famílias para as suas aldeias de origem.

### Pontos fracos

- Mais tempo e desenvolvimento da capacidade poderiam ter sido investidos na mobilização das autoridades locais para participarem totalmente no programa e na explicação de como isso iria beneficiá-los directamente
- Mais ligação poderia ter sido estabelecida através do mecanismo inter-agência de *Cluster*, com outras agências a desenvolver abordagens semelhantes de famílias e comunidades de acolhimento, com vista a garantir coerência e uma melhor aprendizagem transversal.

### Lições aprendidas

- Deslocados espalhados numa zona geográfica enorme requer recursos substanciais para registar e monitorar
- Para implementar um programa deste tipo numa zona que é cronicamente pobre – toda a gente tem necessidades não satisfeitas
- A importância, o conteúdo e a modalidade de comunicação não deve ser subestimada, assim como a oportunidade de possíveis mal-entendidos. O pessoal local desempenha um papel preponderante.
- Nunca lidar com os critérios de elegibilidade caso-a-caso ou por causa de ‘casos especiais’. Quando os critérios de vulnerabilidade e elegibilidade tiverem sido concordados, a sua aplicação transparente e com prestação de contas é essencial.
- Um software sólido de gestão da base de dados dos beneficiários é deveras importante. É fundamental investir tempo e recursos suficientes no desenvolvimento de um bom sistema e na formação de pessoal.
- Obter uma ferramenta de mapeamento geográfico amplamente usada. Garantir que seja compatível com as ferramentas mais comuns ou pode-se exportar/importar das outras ferramentas.
- Investir muito tempo na formação do seu pessoal; garantir que conheçam exactamente o conteúdo do programa. Investir na explicação do que se pode fazer e o que não se pode fazer para todos o pessoal.
- Proteger o seu pessoal. Geralmente eles estão na linha da frente e frequentemente estarão colocados sob imensa pressão para aceitar ou “ajustar” a informação sobre os beneficiários. Os expatriados podem sair depois da operação – o nosso pessoal não pode e pode enfrentar retaliação.

As seguintes opções foram consideradas (mas não foram implementadas) durante o programa. As que ainda não foram seleccionadas servem de referência para conceber outros ‘modelos’ para os programas de apoio das famílias de acolhimento.

Modelo 1 – Alimentos	
Modelo 1.1. – distribuição de alimentos ou acesso às fontes de alimentos.	<p>O movimento da população para as zonas rurais pode criar possibilidades de produção agrícola ou outras fontes de alimentos localizados perto das zonas costeiras.</p> <p>Apoiar o estabelecimento de canteiros caseiros e plantio de fruteiras pode contribuir para a dieta alimentar das famílias ou a produção pode ser vendida. O plantio de culturas alimentares com um rendimento mais rápido é claramente uma sugestão mais relevante se for para beneficiar as famílias de acolhimento e os deslocados.</p>
Modelo 2 – Abrigo e bens não alimentares	
Modelo 2.1 – acrescentar espaço de convivência	<p>As famílias de acolhimento estão frequentemente relacionadas com os deslocados e podem ser pais ou avôs. Em tais casos os deslocados podem optar por se juntar a eles ou juntar-se a amigos próximos que podem oferecer abrigo durante um período de tempo, frequentemente curto.</p> <p>Um possível apoio poderia ser através da ampliação da casa para incluir um quarto adicional ou construir um abrigo no jardim ou no quintal, caso haja espaço para tal. Este tipo de apoio terá também um efeito encorajador, uma vez que um compartimento adicional tem um valor duradouro.</p>
Modelo 2.2 - providenciar utensílios e outros bens não alimentares	<p>Dependendo do número de deslocados que se juntam à família de acolhimento, poderá haver necessidade de adquirir utensílios de cozinha adicionais tais como panelas, frigideiras, recipientes de água, pratos, facas, garfos, colheres e muitos outros artigos. Camas, lençóis e toalhas também podem ser necessários.</p>
Modelo 3 – Água e Saneamento	
Modelo 3.1 Melhoria do saneamento	<p>A construção/melhoria de poços de água e das latrinas familiares ou tanques sépticos podem ser intervenções dispendiosas, e devem ser consideradas depois da análise do custo-benefício. Mas tal esforço tem enormes vantagens: para além da melhoria óbvia para as famílias de acolhimento e para os deslocados residentes, também contribui para a possível promoção de higiene e efeitos duradouros.</p>
Modelo 3.2 Promoção de higiene	<p>A capacidade de adoptar uma boa higiene pessoal é extremamente importante para a segurança e dignidade. A distribuição de kits de higiene é bem conhecida, especialmente nas operações dentro dos campos de assentamentos. Os kits para bebés também podem ser altamente úteis.</p>
Modelo 4 – Educação	
Modelo 4.1. Propinas escolares	<p>Nos países onde o sistema de educação não é gratuito faz muito sentido apoiar as famílias através do pagamento de propinas escolares. Um valor acrescentado de apoio ao acesso das crianças nas escolas é o valor psicossocial. Mesmo se tiverem sido planificadas actividades psicossociais ou se possível, isso irá ajudar as crianças para uma rotina diária normal. Este tipo de apoio está a aliviar a pressão sobre a economia dos pais.</p>
Modelo 4.2. Uniformes escolares	<p>A aquisição de uniformes pode ser dispendiosa e nalguns casos isso pode reflectir sobre o salário mensal. Geralmente os uniformes são várias camisas e várias saias ou calças, podem ter sido adquiridas ao longo desse ano ou oferecidas pelos irmãos mais velhos aos mais novos. Contudo, passar de uma escola para a outra geralmente significa que a pessoa irá precisar de comprar todo o conjunto de uniforme, uma vez que as cores e o desenho do uniforme são “marcas” individuais das escolas. Claramente, apoiar na aquisição de uniformes irá aliviar a pressão financeira dos pais.</p>



	<p>Um ponto positivo sobre o uniforme é o efeito da equalização que isso tem, é mais difícil distinguir as crianças das famílias pobres e das que estão bem na vida.</p>
<b>Modelo 4.3. Espaços escolares</b>	<p>É aconselhável garantir que a escola seja devidamente registada e aprovada pelas autoridades de educação locais. Nem todos os países têm um sistema de aprovação oficial e em tais casos uma auto-inspecção deve ser feita. As salas de aulas e o equipamento, as instalações de saneamento, o pátio da escola, o refeitório e as questões de higiene são algumas das questões que podem ser vistas.</p> <p>As escolas podem ficar congestionadas se o movimento da população for enorme ou mesmo em movimentos populacionais de menor escala, se as escolas forem pequenas. O apoio para aumentar o número de salas ou ampliá-las, colocar mais equipamento, carteiras, cadeiras e livros pode ser considerado.</p>
<b>Modelo 4.4. Professores</b>	<p>Também pode haver necessidade de mais professores e o apoio aos salários dos professores pode ser uma opção. Um rácio estudante/professor que não seja razoável é frequentemente resultado dos constrangimentos financeiros da escola, uma vez que o influxo de crianças deslocadas é das famílias que não são capazes de pagar as propinas escolares. Se o pacote de apoio incluir o pagamento de propinas escolares é aconselhável registar se as propinas escolares adicionais também foram utilizadas para professores adicionais.</p>
<b>Modelo 4.5. Cantina escolar</b>	<p>Nalguns países as escolas fazem a gestão de cantinas e podem necessitar de equipamento adicional, utensílios, alimentos, lenha ou outro tipo de apoio. A vantagem de apoiar uma cantina também pode ser para garantir que as crianças obtenham pelo menos uma boa refeição durante o dia.</p> <p>Dependendo da magnitude do influxo e o sistema escolar, pode haver oportunidades para o pessoal adicional da comunidade ser empregue pela escola. Mesmo pequenas oportunidades de emprego podem, de alguma forma, contribuir para a aceitação do influxo por parte da comunidade.</p>

(Adaptado de: FICV, *Assistência às famílias e comunidades de acolhimento depois de crises e desastres naturais – um guião passo-a-passo*, 2012)

## 6.4 Indonésia, Aceh 2005 – Desembolso incondicional de dinheiro em numerário

<b>País:</b>	<b>Indonésia – Província de Aceh</b>
<b>Desastre:</b>	<b>Terramoto seguido de um tsunami, e uma guerra civil até Agosto de 2005</b>
<b>Data de ocorrência do desastre:</b>	<b>26 de Dezembro de 2004, terramoto e tsunami, conflito em curso desde 1990</b>
<b>Número de casas danificadas:</b>	<b>252,000 casas destruídas ou parcialmente destruídas, todas num raio de 5km da costa</b>
<b>Número de pessoas deslocadas:</b>	<b>Mais de 500,000</b>
<b>População alvo do projecto:</b>	<b>7,500 famílias de acolhimento como grupo alvo com um valor total em numerário de 750'000 Dólares Americanos</b>
<b>Zona de implementação:</b>	<b>Implementação em sete Kecamatan (distritos) de Kota Banda Aceh (município) e em quatro Kecamatan directamente vizinhos de Kabupaten (regência) de Aceh Besar</b>
<b>Custo do projecto por família:</b>	<b>CHF 120 (CHF 40 por mês)</b>

Durante os meses de Março e Abril de 2005, um total de 8.400 famílias de acolhimento foram registadas como potenciais beneficiárias pelas autoridades locais (Camat e KepalaDesa). Com base nestes dados de registo recebidos, um total de 7.239 famílias de acolhimento foram seleccionadas e definidas como sendo elegíveis. Como tal, a família de acolhimento apoiada acolheu uma média de 6 vítimas do tsunami, um número total de 42.600 beneficiários foram alcançados por este programa concluído em Junho de 2005. As famílias de acolhimento iriam tornar-se beneficiárias elegíveis se estivessem a viver no Kecamatan definido e haviam acolhido pelo menos duas vítimas do tsunami de forma permanente entre o início de Janeiro e finais de Março de 2005 (para um mínimo de três meses).

Cerca de 97% dessas famílias partilharam o mesmo tecto com os deslocados que eles acolheram, 76% não podiam cobrir as despesas adicionais relacionadas com o acolhimento, com o apoio que lhes era prestado.

Várias pessoas entre os mortos ou não acompanhados trabalhavam na administração local, tornando-a frequentemente difícil de ter uma contra-parte governamental com ou sem escritórios para trabalhar, pessoal e material de trabalho.

Os que eram capazes de trabalhar, não podiam fazê-lo a tempo inteiro, uma vez que funcionários públicos eram pagos 30 Dólares Americanos por mês e, portanto, tinham que garantir o seu sustento e das suas famílias.

A situação política incerta até a assinatura de um acordo de paz em Agosto de 2005 teve impacto directo sobre o programa, uma vez que a maior parte dos pontos focais por parte das autoridades locais foram substituídos, dependendo da mudança das forças de poder.

Problemas com as autoridades locais após repetidas deslocações das pessoas, enquanto vários registos estavam em curso em paralelo e para propósitos diferentes.

Dificuldades adicionais no registo causadas pela falta de padrões na forma e na composição dos números de bilhetes de identidade emitidos pelo governo local ou pelas autoridades militares e a existência de duplos bilhetes de identidade.

### Pontos fortes

- O envolvimento bem-sucedido das autoridades locais responsáveis pelo registo dos beneficiários encarrega-se da sua correspondência com os critérios da agência e respondem a quaisquer queixas devido aos erros que surgem de dados incorrectos.
- Forte compromisso dos trabalhadores de PT.BankRakjar Indonesia para o processamento atempado de todos os pagamentos.
- Apenas 0.4% de todos os beneficiários pagos tornaram-se não elegíveis depois da avaliação final.

### Pontos fracos

- Uma parte dos deslocados anteriormente acolhidos regressou às suas casas e repararam-nas ou reconstruíram-nas. Muitos deles começaram a acolher outras famílias afectadas e desamparadas. Infelizmente não cumpriram com os critérios da agência para a selecção dos beneficiários, não conseguindo apoio. Cerca de 5% das famílias de acolhimento registadas estavam sob estas circunstâncias.
- A maior parte das famílias de acolhimento continuavam a acolher outras famílias afectadas pelo tsunami quando o programa da agência encerrou e o apoio foi suspenso.
- O programa dependia inteiramente dos dados providenciados pelas autoridades locais, o que causou problemas infinitos. Contudo, devido às limitações de tempo a agência decidiu não criar um sistema de verificação paralelo.
- O programa não estava suficientemente ligado, nem coordenado com os outros intervenientes que poderiam ter assumido as actividades depois da entrega ou poderiam ter integrado o seu próprio tipo de apoio.

### Lições aprendidas

- A flexibilidade do programa é essencial para permitir ajustes necessários em relação ao tamanho e composição do grupo alvo e os critérios de selecção definidos com base em levantamentos rápidos de dados, e o que irá muito provavelmente ser ultrapassado pelos repetidos levantamentos e monitoria das necessidades da população afectada.
- Deve haver coordenação do apoio à família de acolhimento e à família acolhida, o montante do valor desembolsado, o que deve estar em consonância com a assistência social local em numerário ou em espécie, salários básicos, apoio humanitário prestado por outras agências.
- Um bom contacto pessoal e institucional com todos os actores a nível nacional e local é fundamental para uma implementação bem-sucedida.
- Geralmente um sistema paralelo de registo deve ser estabelecido para monitorar o registo oficial. Caso isso não seja necessário, apoio substancial poderá ser necessário para capacitar as autoridades locais para levarem a cabo a tarefa de forma adequada.

- Tempo e recursos para a monitoria e eventualmente modificar a definição do programa de assistência também deve ser planejado e especialmente em situações de resposta à emergência.
- Tempo e recursos para a formação do pessoal local não devem ser subestimados, especialmente se confiarem nos trabalhadores jovens formados, sem nenhuma experiência anterior de trabalho.

(Adaptado de: Hannes Herrmann, “Projecto de apoio em numerário para as famílias de acolhimento, Aceh”, Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, Relatório Final, Julho de 2005)

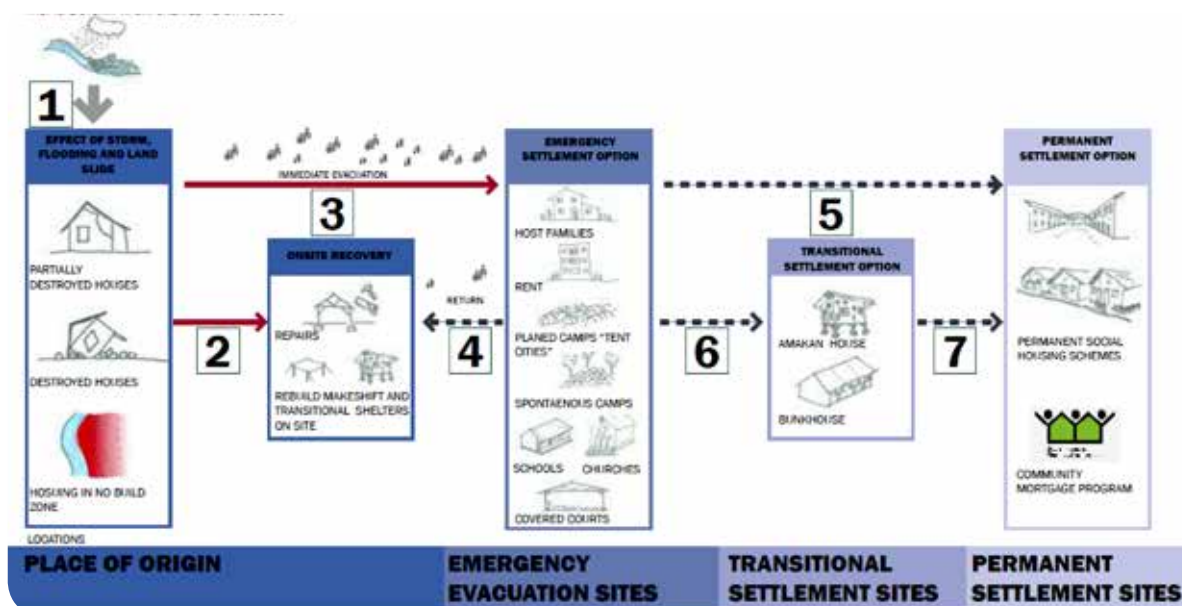
## 7. Exemplos de assistência aos regressados e reassentamento

O estudo de caso seguinte está relacionado com a assistência para o reassentamento e foi inserido por ser considerado relevante para as políticas do Governo moçambicano e para o alcance de soluções duradoiras depois da assistência da comunidade e da família de acolhimento, bem como depois de ter prestado assistência às pessoas dentro dos centros de acomodação, tal como neste caso.

### 7.1 Filipinas 2011-2012

A organização distribuiu 5,000 Kits de abrigo de emergência contendo materiais de construção (madeira, chapas de zinco onduladas e galvanizadas, pregos, etc.) e ferramentas básicas para apoiar as reparações de emergência nas casas danificadas. O pessoal fez um levantamento inicial de danos nos bairros afectados e emitiu cupões. A distribuição era constituída por um armazém centralmente localizado. Em coordenação com as autoridades locais e nacionais, a organização realizou levantamentos e planificou construir 6,000 abrigos permanentes em 10 locais de reassentamento na Cidade de Cagayan de Oro e em Iligan.

<b>País:</b>	<b>Filipinas</b>
<b>Local do Projecto:</b>	<b>Mindanao</b>
<b>Desastre:</b>	<b>Tempestade tropical Washi (Sendong)</b>
<b>Data de ocorrência do desastre:</b>	<b>16 de Dezembro de 2011</b>
<b>Número de casas danificadas:</b>	<b>39,000</b>
<b>Produto do projecto:</b>	<b>5,000 kits de abrigo de emergência, casas 6,000 permanentes (90 por cento concluídas)</b>
<b>Taxa de ocupação no acto de entrega</b>	<b>70 por cento de ocupação</b>
<b>Tamanho do abrigo:</b>	<b>21m<sup>2</sup> – casas permanentes</b>
<b>Custo dos materiais por abrigo:</b>	<b>50 Dólares Americanos: kits de abrigo de emergência; 2,750 Dólares Americanos: casas permanentes; custo do projecto por abrigo: 3,100 Dólares Americanos</b>



1. Inundações repentinas causadas pela tempestade tropical Washi destruíram uma grande porção da cidade. Em termos de efeitos da tempestade, as cheias e deslizamentos de terras sobre a habitação: na cidade de Cagayande Oro, mais de 228,728 pessoas numa população de 602,0885 foram directamente afectadas pelas inundações repentinas. 18,436 casas ficaram danificadas, das quais 5,801 ficaram totalmente destruídas e outras 12,635 ficaram parcialmente danificadas. Aproximadamente 2,700 agregados familiares na Cidade de Cagayan de Oro residiam nas zonas nas quais anteriormente não havia permissão para construção. Imediatamente depois das cheias, as populações afectadas permaneceram nas suas terras fora das zonas onde era proibido construir, ou passaram para uma das zonas de reassentamento de emergência como uma das opções.
2. Entre os que permaneceram nas suas terras, evidências empíricas sugeriram que muitos moradores de assentamentos informais recusavam ou não estavam dispostos a abandonar as suas propriedades por receio de questões relacionadas com direitos de terra. O levantamento sustenta estas constatações (ver 'Levantamento Rápido de Abrigo depois da tempestade tropical de Sendong na região 10, Filipinas', Relatório do Grupo Temático de Abrigo, Fevereiro de 2012), com 60 por cento das pessoas que permaneceram nas suas propriedades não tendo direitos formais sobre a terra. Para além disso, o governo não oferece compensação para os proprietários das terras ou aos donos das casas que estão dentro das zonas onde era proibido construir. Muitas destas propriedades são terras com título, o que significa que o governo tem meios limitados para a aplicação da posse, a menos que seja aprovada uma ordem compulsiva de compra através do governo.
3. Famílias deslocadas tiveram várias opções de abrigo de emergência:
  - Famílias de acolhimento: Com amigos, membros de família em zonas não afectadas que tinham espaço e capacidade para acolher os afectados.

- Aluguer de acomodação privada: Os que podiam alugar uma propriedade em zonas não afectadas organizaram a sua própria acomodação.
- Centros de acomodação planificados/“cidades - tendas”: A cidade de Cagayan de Oro juntamente com o governo, organizações internacionais e nacionais, construíram centros de acomodação nos arredores da cidade.
- Centros de acomodação espontâneos: As famílias deslocadas ocuparam parques e outros espaços de terra baldios usando rolos plásticos e tendas como abrigo. As famílias usaram casas de banho e o sistema de abastecimento de água públicos.
- Centros de evacuação: Edifícios e espaços públicos tais como escolas, igrejas e ginásios cobertos (campos de basquetebol) foram convertidos em centros de evacuação para acolher as famílias deslocadas em espaços partilhados.

A assistência veio de várias agências do governo, ONGs nacionais e internacionais, e incluíam doações privadas de alimentos, água, saneamento e bens não alimentares.

4. Depois do período inicial de emergência (duas a quatro semanas), uma parte da população de deslocados regressou às suas casas de origem e começou a fazer reparações. Os membros do Cluster de Abrigo tais como a Cruz Vermelha das Filipinas e a Organização Internacional de Migração (OIM) apoiaram esta auto-recuperação através da distribuição de ferramentas e materiais de reparação.

Regresso seguro/reconstrução – os agregados familiares afectados com casas totalmente destruídas e que viviam em zonas de baixo a médio risco receberam um abrigo de transição a ser reconstruído nos seus bairros de origem. O abrigo no local diferia em termos de desenho e processo, em comparação com os abrigos nas zonas de reassentamento.

As fundações em coluna eram mais profundas e a estrutura foi levantada a um nível mais elevado para estar acima dos níveis normais das cheias. As instalações de WASH estavam organizadas dentro dos grupos da comunidade e foram construídos tanques sépticos permanentes e elevados. Ao realizar actividades de promoção de higiene na comunidade, a CRS incluía toda a comunidade, recipientes de abrigo da CRS e os que não receberam abrigo, uma vez que a higiene depende de toda a comunidade envolvida.

“Ill zonas onde era proibido construir” – mapas de perigos na cidade, planos espaciais da cidade e um plano abrangente de uso de terra para os anos 2000-2010 existiam antes de Washi. Estes planos necessitavam de actualização e uma nova legislação. Contudo, para se adaptar às circunstâncias trazidas pelas inundações repentinas, tais como a segurança, demarcação das zonas onde se pode construir, uso eficaz da terra e aumento da população depois de Washi, o mapa de zoneamento dos Departamentos de Ordenamento Urbano da Cidade para Macasandig delinea a zona de cheias em diferentes categorias de zonas de construção proibida, zona de alto risco e zona de médio risco.

Quando se compara o zoneamento do risco juntamente com as linhas de contorno e as fronteiras de ‘barangay’, pode-se constatar que em parte é um mapa definido politicamente e talvez não totalmente coordenado pelo Gabinete de Ordenamento Urbano da Cidade. Um outro

factor é o Código 12 de Água do Departamento do Meio Ambiente e Recursos Naturais (DENR) e declara uma utilidade pública entro de um raio de 20m do rio nas zonas rurais e 3m para as zonas urbanas, restringindo qualquer assentamento. Estas directrizes não visam interpretar os riscos de cheias, embora algumas organizações tenham seguido este código para construir casas semi-permanentes.

A implementação de um programa de assentamento de acordo com este mapa e o código foi um desafio. As autoridades não delinearão fisicamente as zonas de perigo. Assim, quando uma pessoa permanece num local, é difícil ter a certeza se o local é uma zona onde não se pode construir, se é de risco alto ou médio. Isto tem um efeito profundo sobre o futuro da população afectada; determina se a pessoa pode permanecer no local e reconstruir a sua casa ou ser forçado a reassentar-se.

5. Nos princípios de Janeiro, o governo central e da cidade anunciaram um programa ambicioso de reconstrução de casas permanentes para 8,599 agregados familiares, com um período de conclusão de um ano depois de Washi. Antes do desastre, a cidade já tinha elaborado um plano de reassentamento social e tinha adquirido terras para os moradores dos assentamentos informais sob a forma de “propriedade a ser explorada”. A propriedade a ser explorada é a prática de aquisição de terras não usadas com o objectivo de mantê-las até à altura em que elas serão necessárias. Depois de Washi, este plano de habitação foi revogado e a terra foi realocada para a habitação das pessoas afectadas pelo Washi. A cidade foi capaz de iniciar rapidamente o seu programa de habitação e fez a entrega das primeiras 320 casas permanentes em Abril de 2012, quatro meses depois de Washi. A partir de Agosto de 2012, 1,000 casas já foram entregues às famílias afectadas. Contudo, apesar de mais de 1,000 casas terem sido transformadas, quase todas ainda possuem serviços básicos da “fase 1”, o que significa que a electricidade está disponível nas zonas comunitárias, e apenas existe uma fonte de água por cada grupo de casas.

Além disso, a construção de instalações da comunidade tais como escolas, centros de saúde, postos policiais e outras infra-estruturas ainda não iniciou. Em termos realísticos, estima-se que a conclusão de todas as 8,599 casas irá durar vários anos. Existem compromissos de financiamento suficientes para cobrir as despesas de construção das casas. Contudo, existem grandes obstáculos em relação à disponibilidade de tempo necessário para a planificação e autorizações do governo para as novas zonas de reassentamento.

Uma outra opção planificada para os afectados é o Programa Comunitário de Hipoteca gerido pela Cooperação de Finanças de Habitação Social.

**Locais de reassentamento** – Para as famílias que não são capazes de regressar aos seus locais de origem porque são declaradas como sendo zonas de construção proibida ou por preferência pessoal, são alocados um local no novo espaço de abrigo de transição. Quase todas as famílias nas zonas de reassentamento foram seleccionadas dos centros de evacuação por duas razões:



1. Para descongestionar rapidamente os centros de evacuação e escolas superlotadas.
2. Esvaziar as escolas, uma vez que a presença das pessoas fazia com que os alunos não iniciassem as suas aulas. As escolas foram finalmente abertas em Maio de 2012.

“Importância de pensar num assentamento de transição abrangente” – a planificação de um assentamento de transição inclui o uso provisório da terra para erguer abrigos e construir infra-estruturas comunitárias, tais como instalações de água e saneamento, electricidade, drenagem, passeios e zonas comunais. Em Cagayan de Oro, a CRS tinha 17 locais de reassentamento de abrigo de transição para o reassentamento dos deslocados e as fontes de terra eram as seguintes:

1. A terra foi negociada numa base de caso-a-acaso, principalmente pela Igreja e pela CRS. O conceito de abrigo de transição foi desenvolvido com uma estratégia clara: Doar abrigos de transição às pessoas necessitadas e limitar os danos na terra. Para o efeito, os abrigos foram concebidos para serem móveis (era possível desmontá-los) e foram construídos com técnicas de construção que eram temporários por natureza (conforme está descrito com detalhe no capítulo de concepção de abrigos de transição).
2. As obras de infra-estruturas comunitárias, tais como a drenagem e os tanques sépticos são menos móveis e inevitavelmente afectam a terra. Assim, a CRS usou uma abordagem diferente e optou por negociar com os proprietários da terra para que tais infra-estruturas fossem doadas aos proprietários de terra quando os deslocados abandonassem o local ou para que as infra-estruturas fossem desmontadas e que a terra fosse limpa antes de ser devolvida, dependendo da preferência do proprietário.

### Pontos fortes

- Boas relações foram estabelecidas com as autoridades locais. Como resultado disso, a terra para os locais de reassentamento e os recursos para o desenvolvimento do local foram prontamente disponibilizadas pelas autoridades.
- Foram rapidamente desenvolvidos critérios e o processo de selecção das famílias. Como resultado disso, as famílias deslocadas poderiam dispor de condições claras para a recuperação num período de tempo relativamente curto.
- Boa gestão das actividades de construção em múltiplos locais com uma variedade de empreiteiros contribuindo para a provisão adequada de abrigo permanente.
- O projecto permitiu o desenvolvimento de habilidades de fabrico de blocos, soldadura e carpintaria no seio das populações afectadas.



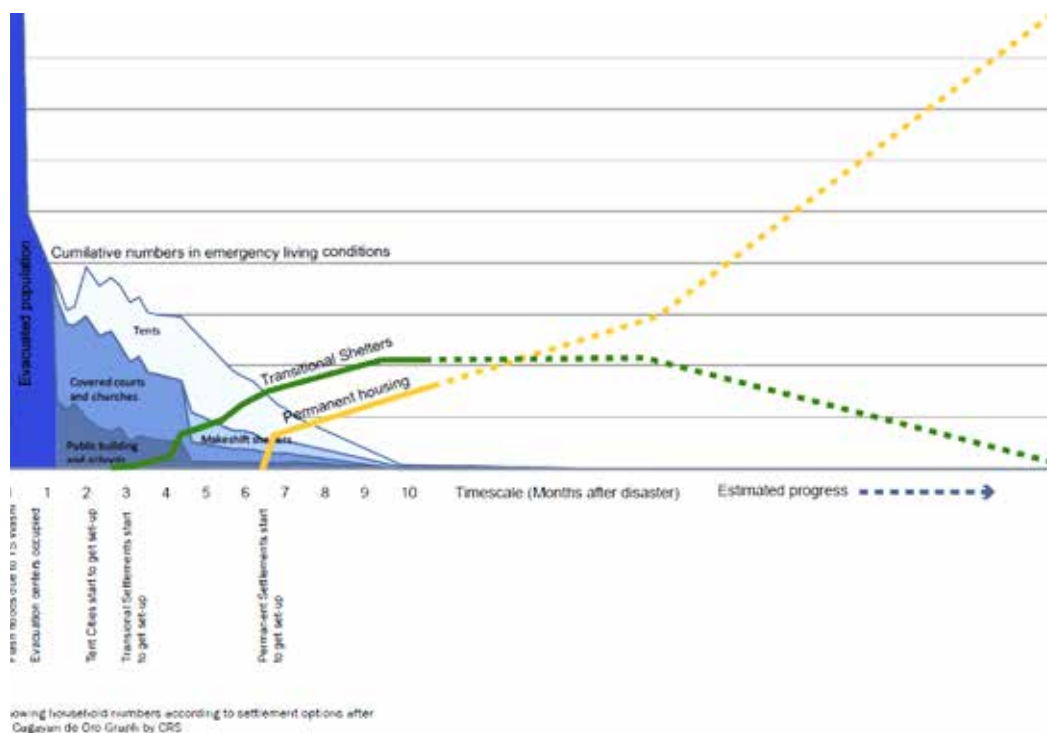
## Pontos fracos

- Devido à disponibilidade limitada de materiais de construção a nível local e os elevados preços, era necessário solicitar a verificação prévia dos fornecedores. Isto criou algum atraso na implementação.
- A subida dos preços de 30 por cento e mais um impacto negativo criado no projecto e na economia local.
- O reassentamento introduziu a necessidade de desenvolver novas redes e relações na comunidade no seio da população reassentada. Estas actividades dispunham de pouco apoio em termos de financiamento do projecto.
- As demoras no seio das outras organizações que providenciam infra-estruturas e serviços nos locais significaram que apenas 70 por cento das casas estariam ocupadas até finais de 2012.

## Lições aprendidas

A forte coordenação com as outras organizações através das reuniões do grupo inter-agência de coordenação nacional e local era necessária para evitar a duplicação das distribuições de material. Várias organizações providenciaram produtos semelhantes, tais como kits de reparação.

No fim de 2012, O Tufão Bopha (Pablo) devastou Mindanao. Anteriormente, Mindanao era raramente afectado por ciclones e tufões, como resultado disso a preparação era em menor escala nos outros locais.



No gráfico, pode-se ver a proporção dos agregados familiares nos edifícios públicos e escolares, campos e igrejas cobertas, abrigos precários ou tendas. No primeiro mês, a maioria dos afectados foram evacuados para edifícios públicos e escolas, campos cobertos e igrejas; depois de um mês e meio, as cidades de tendas começaram a ser instaladas. Também havia uma prioridade para retirar os deslocados das escolas para que as aulas pudessem recomeçar. Assim, pode-se constatar uma queda dramática no número de pessoas que ocupavam estas instalações no quarto mês. Uma redução gradual das pessoas em condições de assentamento de emergência era devido aos assentamentos de transição que estavam a ser construídos no início no terceiro mês até ao nono mês. A habitação permanente torna-se disponível no início do sexto mês.

O que se pode aprender com base nestes dados: os assentamentos transicionais começaram a ser ocupados três meses depois do desastre. Este processo poderia ter sido ainda mais rápido se tivesse havido mais apoio do governo para os assentamentos transicionais e mais terra disponibilizada com melhorias em termos logísticos e o processo de aquisição.

A habitação permanente levou seis meses até a entrega da primeira casa. Este aspecto foi louvável, mas deve-se constatar o seguinte, através do contexto: os projectos beneficiaram de um programa de habitação social planificado, a *bancarização* da terra pela cidade e os altos níveis de apoio político. O desafio contínuo é de manter a rapidez e a qualidade nas obras de construção para alcançar uma meta de mais de 8,000 casas permanentes.

- Reconhecer os desafios na obtenção do apoio do governo para as pessoas necessitadas para soluções transicionais uma vez que os líderes comprometeram-se com a habitação permanente.
- Devemos compreender que o abrigo urbano também precisa de incluir o acesso aos serviços básicos (água, electricidade) e saneamento (esgotos, tratamento de resíduos sólidos).
- O governo estava disposto a alocar terra para as cidades das tendas mas era relutante em atribuir terra para abrigo de transição.
- Devemos compreender as razões porque as populações afectadas viviam naqueles locais.
- Devemos compreender o que está planificado pelas autoridades para os projectos de habitação permanente e como é que foi feita a selecção dos beneficiários.
- Devemos compreender as distâncias que as pessoas têm vontade de percorrer para chegar ao serviço, escolas, unidades sanitárias, etc., no processo de reassentamento das populações.

Contudo, o conceito de assentamento transicional não obteve novamente apoio político no início da resposta, pelas seguintes razões:

O governo central e o presidente do município comprometeram-se em reassentar toda a população afectada dentro de um ano. Algumas pessoas questionaram a razão para a duplicação de recursos em comparação com o processo de duas fases de habitação de emergência para habitação permanente. Embora o compromisso do governo tenha sido formidável, não havia nenhum plano de contingência caso o projecto levasse mais tempo do que um ano para cons-

truir abrigos permanentes. Nos desastres ocorridos no passado nas Filipinas, a construção de casas para o reassentamento de milhares de famílias para abrigos permanentes durou mais do que um ano.). Mesmo se a construção fosse concluída dentro de um período de um ano, as pessoas teriam que esperar em centros de evacuação superlotados ou ficar em tendas dilapidadas antes que fossem transferidas. A questão porque deve-se implementar um processo de abrigo de três fases (emergência – transicional – permanente) em comparação com um processo de dois passos (emergência – permanente) continua válida. Abaixo alguns pontos para debate:

- Um tenda de emergência custa entre 800 Dólares Americanos e 1,000 Dólares Americanos. As tendas são de montagem rápida logo após a chegada de equipamento ou se houvesse material armazenado. Num clima tropical, as tendas genéricas não são a solução de abrigo mais adequada. Muitos ocupantes entrevistados reclamaram que não podem permanecer nas suas tendas devido às altas temperaturas dentro da tenda durante o dia, por isso apenas regressam a noite para dormir.
- O desenho do abrigo de transição da CRS (abrigos sob a forma de T) custa 410 Dólares Americanos usando material e mão-de-obra local, excluindo as instalações de água e saneamento (WASH) e trabalhos de preparação do local. Os abrigos sob a forma de T foram concebidos para se adequarem ao clima local e foram inspirados pela arquitectura tradicional. Os materiais podem ser movimentados e/ou usados para aumentar ou melhorar futuras casas permanentes.
- As habitação permanente é duradoura e constitui uma solução a longo prazo para o reassentamento das famílias. Custa aproximadamente 2,40010 Dólares Americanos, excluindo os trabalhos no local e as infra-estruturas. As obras de construção de abrigo permanente, que necessitam de resolver as questões de habitação, terra e propriedade, levam tempo.
- A estratégia de abrigo da CRS procurou providenciar abrigo digno para as pessoas vivendo em condições de emergência dentro de um período de tempo relativamente curto. Os materiais de abrigo são novamente usados para o benefício dos beneficiários.
- Analisar os locais (distância da cidade), adequação, disponibilidade de terra, posse de terra, rotas de transporte, questões de aquisição de terra, clareza da jurisdição local/de quem se pode obter autorização.
- Seguir atentamente os debates sobre o zoneamento e mapeamento de zonas de “perigo”.
- Aceitar as zonas de construção proibida era edifício início, mas depois de cinco meses foi amplamente aceite.

Todos os proprietários de terra estavam preocupados com a ocupação prolongada e queriam garantias sobre quando é que os ocupantes iriam sair. Para concordar com o uso temporário de terra e proteger ambas as partes, a CRS fez acordos que eram para um período inicial de seis meses, prorrogáveis com um aumento de seis meses. Os planos dos locais, abrigo e as instalações de WASH eram sempre apresentados aos proprietários de terra antes do início construção. Era essencial que os projectos fossem vistos como sendo provisórios, capazes de ser realocados ou desmontados com efeitos limitados sobre a terra. Por exemplo, aspectos tais

como fundação superficial eram preferidos pelos proprietários da terra, uma vez que podiam facilmente removê-las.

Além disso, o acordo da CRS com os beneficiários de abrigo era de que as famílias individuais eram proprietárias de abrigo e podiam levá-las consigo quando fosse reassentadas para a habitação permanente. Esta política era decidida por duas razões:

1. Atribuir a posse de abrigo; e permitir aos beneficiários do abrigo usar novamente os materiais ou vendê-los e obter rendimento.
2. Evitar que haja assentamentos informais, evitando ter novas famílias a chegar depois dos primeiros ocupantes abandonarem os locais.

Começar com as negociações iniciais. Ficou claro que os beneficiários dos abrigos iriam fazer a escolha de forma objectiva, de acordo com o desenho do projecto. Os proprietários de terra frequentemente faziam solicitações sobre que centros de evacuação dos deslocados iriam beneficiar de um determinado local de habitação transicional. A CRS trabalhou por intermédio do grupo do cluster de coordenação e de gestão de centros de acomodação para seleccionar os beneficiários de abrigo.

As demoras foram causadas pela lenta instalação de infra-estruturas. Uma investigação minuciosa no local, seguida de uma estratégia e um acordo deve ser levada a cabo para as instalações de electricidade e água. Se os serviços básicos não existissem nas proximidades, a CRS não iria considerar o local como sendo uma opção viável para o assentamento transicional. Esta estratégia foi definida com base nas nossas experiências de um dos locais em Makapaya. Este local não teria ligações de serviços básicos mesmo se a CRS planificasse as ligações. As demoras verificadas na instalação a partir das empresas de prestação de serviços básicos da cidade e privadas iriam implicar acordos alternativos (água em camiões cisternas e gerador para as zonas nas comunas) e deveriam ser acautelados.

Tente negociar água e/ou electricidade gratuitos para os deslocados, como uma doação em espécie do governo local ou de uma empresa de prestação de serviços básicos. Em Cagayan de Oro, a CRS negociou com sucesso para que o governo da cidade providenciasse instalação e cobrisse as despesas de água e electricidade durante dois meses. Contudo, depois dos primeiros sete locais de reassentamentos depois deste acordo, a cidade já não iria cobrir este custo para os novos locais.

- A CRS constatou que as funções e responsabilidades de cada departamento do governo estão interligadas numa burocracia complexa que é difícil compreender por parte de pessoas externas.
- A CRS deve ter contratado um oficial de ligação do governo que conhece o sistema e pode fazer com que os assuntos avancem e negociar no início da resposta.
- Em termos de concepção de abrigo, a CRS deve ter criado um desenho alternativo, ou um desenho para modernização para as pessoas portadoras de deficiência. A CRS deve ter deixado esta responsabilidade para nós, e em termos orçamentais um certo número de abrigos modificados e instalações de WASH modificadas.
- Os seguintes parâmetros de concepção foram importantes:

**Culturalmente apropriados:** Permite às famílias mais privacidade, usa materiais locais, protecção da chuva e do calor.

**Reassentável:** Um abrigo pode ser levado de um local para o outro por 20 pessoas ou pode ser facilmente desmontado e reerguido num outro local.

**Rapidez na construção:** O abrigo pode ser construído em aproximadamente dois a três dias.

**Económico:** O custo total de abrigo, incluindo a mão-de-obra e todo o material, é de aproximadamente 17,000 PHP (410 Dólares Americanos).

**Flexibilidade:** Versões do modelo podem ser aplicadas para as famílias reassentadas e para as que regressam às suas zonas de origem.

**Possível de melhorar:** O abrigo pode ser facilmente melhorado em casas permanentes, ou desmontado e transportado, se for necessário.

- Um plano local deve integrar abrigo, acesso, facilidades e drenagem antes do início da construção.
- Explorar os níveis de serviços nos quais se pode confiar. Nas Filipinas houve um alto nível de serviços das autoridades relevantes para fornecer água e electricidade, para esvaziar os tanques sépticos e para recolher os resíduos sólidos.
- Indicar um valor justo para a discussão sobre o uso de latrinas de agachamento ou latrinas em que se faz as necessidades sentado. Em qualquer um dos casos, a CRS forneceu bacias cerâmicas por razões de higiene. Parece que diferentes pessoas tinham preferências diferentes.
- Garantir a existência de fundos disponíveis para devolver o espaço à sua condição original.
- Quando os provedores de serviços tiverem sido identificados, explicar claramente as necessidades exactas em termos de materiais em relação à qualidade, quantidade e tempo.
- Uma resposta rápida é fundamental para a implementação de um programa de assentamento transicional. Sistemas de logística, processo de aquisição e financeiros devem ser criados logo que possível.
- No acto de aquisição de material de construção nessa quantidade, aprendemos que não se deve limitar o número de fornecedores.
- O controlo da qualidade de bens é essencial. Não tenha medo de rejeitar materiais de baixa qualidade.
- Questões ambientais: Embora os coqueiros sejam de desenvolvimento rápido em comparação com a madeira rija, ainda é uma grande quantidade de madeira para usar e tem um efeito sobre o meio ambiente.

*(Adaptado de: Seki Hirano, Aprender A partir da Resposta de Assentamento Transicional Urbano nas Filipinas: Questões de Habitação, Terra e Propriedade, Serviços de Auxílio Católicos, 2012)*

# ANEXOS

---

## ANEXO 1

### REFERÊNCIAS

#### Principais documentos de referência e websites

Assistência às famílias de acolhimento e comunidades de acolhimento depois de crises e desastres naturais. Um guia passo-a-passo”, FICV, 2012

Directrizes sobre a reabilitação e (re)construção de infra-estruturas comunitárias depois de um desastre, FICV, 2012

(ACNUR, Deslocados Internos nas Famílias de Acolhimento e Comunidades de Acolhimento: Assistência aos Acordos de Acolhimento, 2012)

[www.sheltercasestudies.org](http://www.sheltercasestudies.org)

[www.idpguidingprinciples.org](http://www.idpguidingprinciples.org)

<https://www.sheltercluster.org/Africa/Mozambique/Mozambique%20Floods%202013/Pages/default.aspx>

<https://sites.google.com/site/shelterhaiti2010/technical-info/twig-1/host>

Grupo de Trabalho Técnico do *Cluster* de Abrigo em Haiti, 2010: o site providencia directrizes e amostras tais como:

- Directrizes para as Comunidades de Acolhimento – Apoio às Famílias de Acolhimento no Haiti através do Acompanhamento dos Movimentos, Compreensão das Necessidades e Orientação das Actividades de Resposta.
- Directrizes da Resposta em Abrigo para as Comunidades de Acolhimento
- Directrizes de Avaliação das Necessidades das Famílias de Acolhimento e das Comunidades de Acolhimento.
- Formulário de Selecção dos Beneficiários das Famílias de Acolhimento.
- Formulário de Avaliação das Famílias de Acolhimento (em Francês)
- Avaliações Rápidas com as Famílias de Acolhimento/Deslocados Internos.
- Formulário de Avaliação dos Programas de Assistência às Famílias de Acolhimento, Cruz Vermelha do Haiti/FICV (em Francês).
- Matriz de Programação das Famílias de Acolhimento

#### Outras referências sobre a assistência ao acolhimento

“Directrizes de Avaliação das Necessidades das Famílias de Acolhimento e das Comunidades de Acolhimento”, IASC, Grupo de Trabalho Técnico do Cluster de Abrigo do Haiti, Abril 2010

“Directrizes de Resposta em Abrigo para as Famílias de Acolhimento”, IASC, Grupo de Trabalho Técnico do Cluster de Abrigo do Haiti, Abril 2010

“Directrizes para as Comunidades de Acolhimento”, IASC, Grupo de Trabalho Técnico do Cluster de Abrigo do Haiti, Junho 2010

“Avaliação ACTED: Deslocados Internos e Famílias de Acolhimento em Bas Artibonite”, ACTED, Fevereiro 2011

“Avaliação do Projecto Umoja”, República Democrática do Congo 2009, Fundação Ralsa

Katherine Haver Oxfam GB na RDC, “Fora do Lugar. Respostas usando melhores formas de construção para o deslocamento na República Democrática do Congo através da ajuda das famílias de acolhimento”, Relatório de Investigação da Oxfam International, Setembro de 2008, reproduzido na Revista de Intercâmbio Humanitário de ODI, Edição 43, Junho de 2009 <http://www.odihpn.org/humanitarian-exchange-magazine/issue-43/out-of-site-out-of-mind-reflections-on-responding-to-displacement-in-drc>

Stephen McDowell, Deslocamento Interno no Norte de Kivu: Acolhimento, Centros de Acomodação e Estratégias de Sobrevivência, preparado pela UNICEF RDC e pela CARE RDC, Abril de 2008

Hannes Herrmann, “Dinheiro para o Projecto Aceh das Famílias de Acolhimento”, Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, relatório final, Julho de 2005

“Directrizes sobre o Abrigo Urbano” – lançamento da edição, Cruz Vermelha da Noruega e Centro de Abrigo 2011

Linus Bengtsson et al. “Deslocamento Interno da população no Haiti”, 14 de Maio de 2010 e actualizado no dia 31 de Agosto de 2010

UN-Habitat e FICV, “Projectos de Abrigo em 2009”, 2010

UN-Habitat e FICV, “Projectos de Abrigo em 2010”, 2011

UN-Habitat, ‘Estratégia Nacional do Iraque: Soluções de Abrigo de Longo Prazo para as Pessoas Afectadas pelo Deslocamento’, Agosto de 2011.

ACNUR ‘Programa de Refugiados Urbanos/Famílias de Acolhimento’, Novembro de 2012

Seki Hirano, Aprender da Resposta de Assentamento Transicional Urbano nas Filipinas: Questões de Habitação, Terra e Propriedade, Serviços Católicos de Auxílio, 2012

### **Referências sobre programas de transferência de dinheiro**

CICV e FICV, “Directrizes sobre Programas de Transferência de Dinheiro”, 2007

P.Creti e S. Jaspars, “Programas de Transferência de Dinheiro em Emergências, Oxfam GB, 2006

“O Uso de Dinheiro e Senhas em Crises Humanitárias” Directrizes de Financiamento da Direcção Geral de ECHO, 2009

“Programas de Transferência de Dinheiro em Emergências”, Revisão das Boas Práticas, Junho de 2011, Rede de Prática Humanitária

“SDC Cash Workbook. Um guião prático do utilizador para a preparação e implementação de Projecto de Dinheiro”, Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, 2007

<http://www.sdc-cashprojects.ch/>, no website constante no link existe uma Caixa de Ferramentas disponível para fins de programação.

[http://www.sdc-cashprojects.ch/en/Home/Experiences/SDC\\_Cash\\_Transfer\\_Projects](http://www.sdc-cashprojects.ch/en/Home/Experiences/SDC_Cash_Transfer_Projects), seguindo este link, pode-se encontrar exemplos de programas de transferência de dinheiro relacionados com abrigo.

Fazer funcionar o dinheiro: Um estudo de caso do Quênia, ACF-USA, reproduzido na Revista de Intercâmbio Humanitário de ODI, Edição 43, Junho de 2009 <http://www.odihpn.org/report.asp?id=3015>

### **Outras referências que incluem o deslocamento interno**

GFDRR “Cidades e Cheias. Um Guião Integrado para a Gestão do Risco de Cheias nas Zonas Urbanas para o Século 21”, Banco Mundial, 2012

Cluster de Protecção, “Direito de Habitação, Terra e Propriedade da População Afectada pelos Desastres”

IDMC e NRC, Deslocamento interno induzido pelos desastres nas Filipinas. O Caso da Tempestade Tropical Washi/Sendong, 2013

Perfis Urbanos – IDMC – Feinstein Centre, Tufts University

[http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/\(httpInfoFiles\)/12E8C-7224C2A6A9E](http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/(httpInfoFiles)/12E8C-7224C2A6A9E)

[C125763900315AD4/\\$file/monitoring-disaster-displacement.pdf](http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/(httpInfoFiles)/12E8C-7224C2A6A9E/C125763900315AD4/$file/monitoring-disaster-displacement.pdf)

IASC, Orientação sobre os Perfis dos Deslocados Internos, IDMC-OCHA, 2008,

<http://www.internal-displacement.org>

Caixa de Ferramenta dos Perfis de Deslocamentos Internos, Conselho de Refugiados da Dinamarca, 2008.

[http://www.internal-displacement.org/8025708F004CFA06/\(httpKeyDocumentsByCategory\)/B3898C325EEBCF24C12574CE00317D2D/\\$file/DRC%20-%20IDP%20Profiling%20Toolbox\\_final%20April%202008.pdf](http://www.internal-displacement.org/8025708F004CFA06/(httpKeyDocumentsByCategory)/B3898C325EEBCF24C12574CE00317D2D/$file/DRC%20-%20IDP%20Profiling%20Toolbox_final%20April%202008.pdf)

Guião de Utilizador da Ferramenta de Identificação do Risco, ACNUR

<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/refworld/rwmain?docid=46f7c0cd2>

Avaliação da Vulnerabilidade e da Capacidade da FICV – VCA

<http://www.ifrc.org/Docs/pubs/disasters/resources/preparing-disasters/vca/whats-vca-en.pdf>

Ferramenta para a Avaliação Participativa nas Operações, ACNUR

<http://www.unhcr.org/publ/PUBL/450e963f2.html>



## ANEXO 2

### PESSOAS QUE CONTRIBUÍRAM NESTA REVISÃO DOCUMENTAL

#### **Adlam, John**

##### **DFID**

Director, Equipa de Operações - CHASE

t: +44 (0)20 7023 1450

m: +44 (0)7788 107134

e: j-adlam@dfid.gov.uk

#### **Babister Elisabeth**

##### **DFID**

Conselheiro Humanitário, Equipa de Operações - CHASE

t: +44(0)20 7 023 1709

m: +44 (0)7717 865 691

e: e-babister@dfid.gov.uk

#### **De Vries Felix**

##### **FICV**

Coordenador para Abrigo, Zona de África

t: +254 20 2835 166 |

m: +254 733 758 001

e: felix.devries@ifrc.org

#### **Delrue Tom**

##### **PNUD, BCPR**

Conselheiro de Recuperação Rápida Inter-Agência

tom.delrue@undp.org

Tel: +41 22 917 8547

Mob: +41 78 732 75 58

#### **Elliott Patrick**

Coordenador de Abrigo na Ásia Pacífica, **FICV**

patrick.elliott@ifrc.org

**English, John**

Cruz Vermelha Britânica  
Gestor de Operações de Recuperação  
theonlyjohnenglish@gmail.com

**Flinn Bill**

**CENDEP**, Oxford Brookes University  
Professor de Abrigo Pós Desastre  
e: p0016880@brookes.ac.uk

**Seki Hirano**

Serviços Católicos de Auxílio  
Conselheiro Técnico Sênior de Abrigo e Assentamentos  
Departamento de Resposta Humanitária  
t: +66 920629110  
e: seki.hirano@crs.org

**Meaney Mike**

Habitat for Humanity International  
Director Associado – Operações Mundiais de Resposta aos Desastres no Terreno  
m: +41 (0) 798 948 693 (Genebra)  
m: +1 (404) 293 1962 (USA)  
e: mmeaney@habitat.org

**Suvatne Martin**

**NRC** Jordan  
Gestor de Programa - Abrigo  
Martin.Suvatne@nrc.no  
+962 798 535 746

**Urquia Miguel****ACNUR**

Coordenador Sênior para Abrigo de Emergência – Secção de Abrigo e Assentamentos (SSS) –  
Divisão de Apoio e Gestão de Programas (DPSM)  
t: +41 22 739 8537  
m: +41 78 803 0809  
e: urquia@unhcr.org

**Wooding Mark**

Medair

Conselheiro Sénior para Reconstrução

e: Mark.Wooding@medair.org

**Zarins Jake**

Sede da Cruz Vermelha da Noruega em Oslo

Conselheiro para Abrigo, Secção de Apoio Técnico

Departamento de Programas Internacionais

m: +44 (0)7739 460005 (UK)

m: +47 908 11 418 (Noruega)

e: jake.zarins@nrc.no

# Os Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

**Humanidade.** O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho nasce da preocupação de prestar auxílio sem discriminação aos feridos no campo de batalha: esforça-se, na sua capacidade internacional e nacional, de prevenir e aliviar o sofrimento humano seja lá o que pode ser encontrado. O seu propósito é de proteger a vida e a saúde e de promover o respeito pela pessoa humana. Favorecer a compreensão, a cooperação e a paz duradoura entre os povos.

**Imparcialidade.** Não faz nenhuma discriminação quanto a nacionalidades, raças, credos religiosos, condições sociais, ou opiniões políticas, empenhando-se exclusivamente em socorrer todos os indivíduos na medida dos seus sofrimentos e da urgência das suas necessidades, e dar prioridade aos casos mais urgentes de infortúnio.

**Neutralidade.** A fim de conservar a confiança de todos, abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias de ordem política, racial, religiosa ou ideológica.

**Independência.** O Movimento é independente. As Sociedades Nacionais, enquanto auxiliares dos serviços humanitários dos respectivos governos e sujeitas à lei dos respectivos países, têm de manter sempre a sua autonomia para poderem sempre actuar de acordo com os princípios do Movimento.

**Voluntariado.** É um movimento de alívio voluntário, não se movendo, de modo algum, pelo desejo de ganho.

**Unicidade.** Em cada país, pode existir apenas uma Sociedade da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho. Tem de ser aberta a todos. Tem de realizar o seu trabalho humanitário em todo o seu território.

**Universalidade.** O Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em que todas as sociedades têm igual estatuto e partilham as mesmas responsabilidades e deveres de ajuda mútua, é universal.



